

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS LITORAL NORTE
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ingrid de Paula Marques

**AS QUESTÕES ALIMENTARES E AGENDA ELEITORAL: UMA
ANÁLISE DAS PROPOSTAS DOS(AS) CANDIDATOS(AS) A
PREFEITO(A) NAS CAPITAIS BRASILEIRAS, NAS ELEIÇÕES
MUNICIPAIS DE 2020**

Ingrid de Paula Marques

**AS QUESTÕES ALIMENTARES E AGENDA ELEITORAL: UMA
ANÁLISE DAS PROPOSTAS DOS(AS) CANDIDATOS(AS) A
PREFEITO(A) NAS CAPITAIS BRASILEIRAS, NAS ELEIÇÕES
MUNICIPAIS DE 2020**

Trabalho de Conclusão do Curso de
Desenvolvimento Regional da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, como requisito
parcial para a obtenção do Título de Bacharel em
Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Catia Grisa

Ingrid de Paula Marques

**AS QUESTÕES ALIMENTARES E AGENDA ELEITORAL: UMA
ANÁLISE DAS PROPOSTAS DOS(AS) CANDIDATOS(AS) A
PREFEITO(A) NAS CAPITALS BRASILEIRAS, NAS ELEIÇÕES
MUNICIPAIS DE 2020**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Desenvolvimento Regional e aprovado em sua forma final pelo Curso de Desenvolvimento Regional, obtendo conceito A.

Tramandaí, 25 de novembro de 2021.

Prof.^a Dr.^a. Daniela Oliveira,
Coordenadora do Curso de Desenvolvimento Regional

Banca Examinadora:

Prof.^a. Dr.^a. Catia Grisa- Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof.^a. Dr.^a. Daniela Garcez Wives
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof.^a. Dr.^a. Marlise Amália Reinehr Dal Forno
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Este trabalho é dedicado à memória de minha avó Judith, exemplo de amor e cuidado, à minha família, aos professores e amigos, os quais amo e que foram essenciais para este momento.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer à minha família, em especial aos meus pais. À minha mãe, por ser um exemplo de mulher batalhadora. Ao meu pai, que desde cedo me ensinou o valor da educação. Ao meu irmão, um modelo de perseverança. À minha prima Diana e aos meus padrinhos Dora e Dias, que me apoiaram e ajudaram em várias ocasiões. Ao meu querido namorado, Hector, pelo seu suporte e compreensão.

Agradeço à comunidade do Campus Litoral Norte da UFRGS, na qual as pessoas não são apenas números, mas sim parte de uma rede diversa e acolhedora. Cito em especial o coletivo de mulheres do campus. Em particular, sou muito grata à Patrícia Luz, Ana Lúcia e também Mariana Doninelli (in memoriam), pelo acompanhamento psico-pedagógico quando precisei.

Aos meus professores(as) não tenho como agradecer e demonstrar minha admiração pelos(as) senhores(as) neste pequeno texto. Os(as) senhores(as) me guiaram pelo universo do Desenvolvimento Regional e essa caminhada faz parte do que eu sou agora. Obrigada pelas aulas, dicas, materiais, puxões de orelha e elogios, tudo isso estará comigo para sempre.

Agradeço profundamente à minha orientadora, Catia Grisa, uma grande inspiração para mim, exemplo de pesquisadora acadêmica e professora, que passou anos se dedicando a me ensinar na iniciação científica. Sou muito grata por essa oportunidade, por todo apoio, orientação, paciência e o excelente trabalho que realiza.

Aos meus queridos colegas de curso, foi um prazer crescer com vocês. Obrigada a todos que, de alguma maneira, me acompanharam nesses anos. Em particular, sou grata à minha amiga Victória Schiavoni, que foi minha companheira na representação estudantil e à minha amiga Gislaine, por estarem presente nos momentos de alegria e sofrimentos da vida acadêmica e também ao meu amigo Lucas Fanfa, sou grata pelas conversas e piadas. Aos demais, sinto muito por não nominá-los, porém guardo todos na memória e no coração.

“Aos intelectuais cabe-lhes aprofundar a percepção da realidade social para evitar que se alastrem as manchas de irracionalidade que alimentam o aventureirismo político; cabe-lhes projetar luz sobre os desvãos da história onde se ocultam os crimes cometidos pelos que abusam do poder; cabe-lhes auscultar e traduzir as ansiedades e aspirações das forças sociais ainda sem meios próprios de expressão.”

Celso Furtado (1984)

RESUMO

As questões alimentares representam um desafio para a humanidade no século XXI. A construção de sistemas alimentares sustentáveis, a segurança alimentar e nutricional e o abastecimento alimentar são questões latentes e que ficaram mais evidentes durante a Pandemia de Covid-19 em 2020. No Brasil, de 2018 a 2020, houve um aumento de nove milhões de brasileiros com insegurança alimentar grave, totalizando 19,1 bilhões de pessoas em situação de fome no país. Neste contexto, esse trabalho buscou analisar o tratamento dado às questões alimentares nas agendas eleitorais dos(as) candidatos(as) a prefeito(a) nas capitais brasileiras, nas eleições municipais de 2020. A coleta de dados foi realizada a partir das 320 “Propostas de Governo”, documento exigido pelo Tribunal Superior Eleitoral no registro das candidaturas e que fica disponível na plataforma DivulgaCand. Por meio da análise foi possível identificar que 84% das candidaturas citaram o tema, 83% propuseram sobre e, a partir da média nacional de propostas por candidato(a) igual a 7, estipulou-se que 46% citaram pontualmente a questão; 37% conferiram tratamento expressivo; e 13% trataram o tema em uma seção à parte no plano de governo. Também observamos que todos os partidos que disputaram a eleição abordaram as questões alimentares. Constatou-se que, embora a premência das questões alimentares, nem todos os candidatos incorporaram tais preocupações em sua agenda eleitoral, ainda que manifestas por todos os Partidos que disputaram o executivo nas capitais. Os eixos temáticos abordados foram diversos, sendo os mais mencionados pelos(as) candidatos(as) a agricultura familiar, alimentação escolar, agronegócio, infraestrutura de produção (máquinas, equipamentos, manutenção de vias para escoamento), assistência técnica, organização socioeconômica (cooperativas/associações), hortas comunitárias, formas de aquisição e comercialização de alimentos, educação alimentar, promoção da alimentação adequada e saudável; agroecologia e participação popular por meio de conselhos municipais. Em relação às candidaturas eleitas, 73% destas abordaram o tema da alimentação, 42% conferiram tratamento expressivo, 31% abordaram pontualmente e 27% não apresentaram propostas sobre. Os dados coletados indicaram também divergência entre as regiões quanto à abordagem das questões alimentares e diferenças internas entre candidatos(as) de uma mesma sigla.

Palavras-chave: Questões alimentares; Segurança Alimentar e Nutricional; Agenda eleitoral;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Evolução da fome no Brasil: porcentagem da população afetada pela insegurança alimentar grave.....	8
Figura 2- Distribuição proporcional dos domicílios por nível de Segurança/Insegurança Alimentar no Brasil e macrorregiões.....	9
Tabela 1- Candidaturas à prefeito(a) e o tratamento das questões alimentares nas capitais brasileiras, nas eleições municipais de 2020.....	10
Tabela 2- Média de propostas por candidatos(as) nas eleições municipais de 2020, nas capitais brasileiras, por região.....	11
Figura 3- Correlação entre números de candidatos e propostas das macrorregiões.....	12
Tabela 3- Candidaturas que propuseram sete ou mais ações sobre questões alimentares nas capitais brasileiras, nas eleições municipais de 2020.....	12
Tabela 4- Porcentagem dos candidatos(as) que não citam questões alimentares nas eleições municipais de 2020, nas capitais brasileiras, por região.....	13
Figura 4- Candidaturas para prefeito(a) por partido nas capitais brasileiras, nas eleições municipais de 2020.....	15
Tabela 5- Tratamento das questões alimentares pelos partidos (média de propostas por candidato) nas capitais brasileiras, nas eleições municipais de 2020.....	16
Figura 5- Média de propostas por candidato de cada partido nas eleições municipais de 2020, nas capitais brasileiras.....	17
Figura 6- Nuvem de palavras das propostas de governo do partido PSD.....	25
Figura 7- Nuvem de palavras das propostas de governo do PV.....	28
Figura 8- Nuvem de palavras das propostas de governo do PSC.....	30
Figura 9- Nuvem de palavras das propostas de governo do PROS.....	32
Figura 10- Nuvem de palavras das propostas de governo do PP.....	35

Figura 11- Nuvem de palavras das propostas de governo do PL.....	37
Figura 12- Nuvem de palavras das propostas de governo do PCB.....	38
Figura 13- Nuvem de palavras das propostas de governo do DEM.....	41
Figura 14- Nuvem de palavras das propostas de governo do MDB.....	45
Figura 15- Nuvem de palavras das propostas de governo do PSB.....	49
Figura 16- Nuvem de palavras das propostas de governo do PDT.....	51
Figura 17- Nuvem de palavras das propostas de governo do Rede.....	54
Figura 18- Nuvem de palavras das propostas de governo do Avante.....	56
Figura 19- Nuvem de palavras das propostas de governo do PSOL.....	61
Figura 20- Nuvem de palavras das propostas de governo do PT.....	65
Figura 21- Nuvem de palavras das propostas de governo de todos os partidos.....	66
Tabela 6- Candidatos(as) eleitos(as) a prefeito(a) e o tratamento das questões alimentares nas capitais brasileiras, nas eleições municipais de 2020.....	70
Tabela 7- Média de propostas por candidatos(as) eleitos(as) nas eleições municipais de 2020, nas capitais brasileiras, por região.....	71
Tabela 8- Candidatos(as) eleitos(as) que propuseram sete ou mais ações sobre questões alimentares nas capitais brasileiras, por região.....	72
Figura 22- Número de candidatos(as) eleitos(as) por partido nas capitais brasileiras, eleições de 2020.....	73
Tabela 9- Tratamento das questões alimentares pelos(as) candidatos(as) eleitos(as) por partido nas capitais brasileiras, nas eleições municipais de 2020.....	73
Figura 23- Média de propostas dos candidatos(as) eleitos(as) por partido.....	74
Figura 24- Nuvem de palavras das propostas dos candidatos(as) eleitos(as).....	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL – Arranjos Produtivos Locais

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CAISAN – Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

DC – Democracia Cristã

DEM – Democratas

DivulgaCand. – Plataforma Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPP – empresa de pequeno porte

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

ME – Microempresa

OCS – Organização de Controle Social

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAAN – Programa de Assistência Alimentar e Nutricional

PANCs – Plantas Alimentícias Não Convencionais

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCO – Partido da Causa Operária

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PL – Partido Liberal

PMB – Partido da Mulher Brasileira

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNARA – Política Nacional de Redução de Agrotóxicos

PODE – Podemos

PP – Progressistas

PRONAF– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONARA – Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos

PROS – Partido Republicano da Ordem Social

PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSL – Partido Social Liberal

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTC – Partido Trabalhista Cristão

PV – Partido Verde

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SIM – Serviço de Inspeção Municipal

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UP – Unidade Popular

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
OBJETIVOS	5
2.1 Objetivo Geral	5
2.2 Objetivos Específicos	5
METODOLOGIA	5
REVISÃO TEÓRICA	7
PANORAMA NACIONAL DO TRATAMENTO DADO ÀS QUESTÕES ALIMENTARES	10
PARTIDOS POLÍTICOS E O TRATAMENTO DO TEMA ALIMENTAÇÃO	17
5.1 As propostas dos partidos com tratamento expressivo às questões alimentares	21
AS IDEIAS DOS DOIS PARTIDOS COM MAIOR NÚMERO DE PROPOSTAS SOBRE QUESTÕES ALIMENTARES (PT E PSOL)	57
OS EIXOS TEMÁTICOS PREDOMINANTES NOS PLANOS DE GOVERNO	66
A ABORDAGEM DAS QUESTÕES ALIMENTARES PELOS CANDIDATOS(AS) ELEITOS(AS)	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	78

1. INTRODUÇÃO

O abastecimento alimentar, a alimentação saudável e a construção de sistemas alimentares sustentáveis tornaram-se questões centrais nas primeiras décadas do século XXI e foram potencializados com a pandemia do novo coronavírus em 2020 (FOUILLEUX E MICHEL, 2020; BRAND et al., 2017). Por um lado, problemas históricos continuam se manifestando e comprometendo o acesso aos alimentos, como os conflitos políticos e territoriais, a reprodução da desigualdade e da pobreza, a redução da biodiversidade e as recorrentes crises econômicas, sociais e ambientais (FAO, 2019a; 2019b). Por outro lado, problemas e dinâmicas contemporâneos ameaçam ou dificultam o acesso e a promoção da alimentação saudável, como a industrialização da agricultura, o ultraprocessoamento dos alimentos, as recorrentes crises sanitárias, os “distanciamentos” entre produtores e consumidores, a crescente urbanização e as mudanças climáticas (FAO, 2019a; Monteiro et al., 2019; Brand et al., 2017; Bricas et al., 2017).

Velhos e novos problemas questionam o sistema alimentar global hegemônico que, segundo Haddad et al. (2016) e IPES Food (2017), não está conseguindo nos alimentar e, muito menos, nos fornecer alimentos saudáveis. Esses elementos colocam a alimentação, suas formas produtivas e de consumo no centro dos debates públicos, e cobram mudanças na organização e na dinâmica dos sistemas agroalimentares.

Diversos atores (organizações internacionais, acadêmicos, movimentos sociais, consumidores, burocracia governamental e políticos) têm pautado e reivindicado a alimentação saudável e a construção de sistemas alimentares sustentáveis (Lamine, 2020; IPES Food, 2018; Gazolla e Schneider, 2017; Bricas et al., 2017). Isto implica em promover a agricultura agroecológica e restauradora da biodiversidade e do meio ambiente, dietas sustentáveis pautadas em alimentos in natura e minimamente processados, os circuitos curtos de comercialização e a realocação da comida nos territórios (Bricas et al., 2017). Tais reivindicações se manifestam em ações individuais por meio do consumo político, diferentes dietas e estilos alimentares, como vegetarianismo, veganismo, flexitarianismo e climatarianismo (Niederle e Schubert, 2020; Portilho e Micheletti, 2018); em ações

de movimentos sociais e da sociedade civil, a exemplo do movimento Slow Food, da criação de feiras de produtos agroecológicos, do crescimento de 3 grupos de consumo, Comunidades que Sustentam a Agricultura e outras formas de circuitos curtos (Ribeiro, 2019; Preiss, 2017); em ações da iniciativa privada e da economia solidária, como restaurantes e outros empreendimentos que promovem a agricultura familiar, sociobiodiversidade e produtos locais (Dorigon, 2019); e também no plano político, por meio de ações governamentais e políticas públicas.

Diversos atores procuram tirar a alimentação do seu espaço habitual – não raro tratada na esfera privada de consumo, das técnicas produtivas e transformação, e das relações comerciais – “para fazê-la entrar no espaço público e político” (Fouilleux e Michel, 2020), considerando que a alimentação e as dinâmicas alimentares expressam posicionamentos políticos e produzem diferentes dinâmicas sociais, econômicas, culturais e ambientais (Barbosa, 2009).

Ilustrando a projeção do tema nos espaços públicos e políticos, Freudenberg e Atkinson (2015) analisam que, enquanto nas eleições municipais de Nova Iorque em 2009 e de Londres em 2008 as questões alimentares não foram objeto de grande atenção, em 2013 e em 2012, respectivamente, tais problemáticas foram “colocadas na mesa” e fizeram parte das campanhas dos principais candidatos. De forma similar, Fouilleux e Michel (2020, p.11) apontam que, respondendo às preocupações dos eleitores, a maior parte dos partidos nas eleições presidenciais francesas de 2017 incorporaram as problemáticas alimentares nos seus discursos e em programas de governo. Propostas de ações estiveram presentes desde a “Frente Nacional” (partido de direita), com o documento “A França, potência agrícola a serviço de uma alimentação saudável”, até o Partido Socialista com o “Contrato alimentar sustentável e solidário com nossos agricultores (a alimentação não é uma mercadoria)”. Outrossim, ao analisar o contexto de Portugal, Graça e Gregório (2019) afirmam que “os principais partidos políticos concorrentes às eleições legislativas de 2019 integram, pela primeira vez e de forma alargada, a promoção da alimentação saudável nos seus programas”.

Inspirado nesses estudos e considerando que a Pandemia da Covid-19 reacendeu, recolocou e visibilizou problemas alimentares latentes no Brasil (como a fome, a má nutrição, a obesidade e as dificuldades de acesso regular a alimentos

saudáveis) justamente em um ano de eleições municipais, este artigo procura analisar a relação da agenda eleitoral com a alimentação.

A agenda eleitoral - ou seja, o conjunto de temas tratados pelos candidatos em debates públicos, propaganda eleitoral e mídias sociais - oferece a possibilidade para visibilizar e pautar diferentes problemas públicos, dialogar com as problemáticas vivenciadas pela sociedade e tencionar a agenda governamental (momentânea e/ou futura) para o tratamento dos mesmos. Com base nos casos relatados acima e considerando a premência das questões alimentares agravadas em um contexto de pandemia, poderíamos assumir como hipótese a ser testada que os candidatos aos cargos eletivos, independentemente dos vínculos partidários, ofereceriam “soluções” aos “problemas públicos” em debate em suas propostas e programas de governos. Em outras palavras, parte-se da hipótese que as questões alimentares compuseram a agenda eleitoral dos candidatos independentemente dos vínculos ideológicos e partidários.

Para esta análise de cunho qualitativo, dois recortes metodológicos foram realizados. O primeiro recorte diz respeito à análise apenas das proposições políticas dos candidatos a prefeito/a, excluindo-se as candidaturas para os cargos ao legislativo (vereadores). Tal recorte procurou reduzir o número de candidaturas em análise, bem como focalizar a pesquisa nas “propostas de governo” manifestas em documentos oficiais, os quais são exigidos apenas para os cargos de prefeito/a. Conforme definido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para o registro das candidaturas a prefeito/a é necessário apresentar – dentre outros documentos – as “propostas defendidas pelos candidatos”, as quais são registradas na plataforma “Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais” do TSE como “Propostas de Governo”. A análise das “propostas de governo” permite verificar o modo como os diferentes candidatos e suas coligações tratam e interpretam as problemáticas alimentares. As propostas de governo dos candidatos foram analisadas de acordo com um guia similar, destacando palavras e categorias presentes nos documentos. O segundo recorte é de cunho territorial, restringindo-se a área de estudo como sendo as capitais brasileiras. O Brasil possui vinte e seis capitais estaduais e uma capital federal, Brasília, a qual não possui prefeito e, por isso, não entrou neste estudo.

Conforme relatório da The Lancet (2019), apesar do Brasil ser o 5º maior produtor de alimentos do mundo, milhões de brasileiros passam fome e a obesidade atingiu 19,8% da população em 2018. Além disso, conforme o mesmo relatório, a expansão agropecuária envolve, em certos casos, práticas ilegais como o desmatamento e grilagem de terras, além do uso extensivo de agrotóxicos e foi responsável por mais de 70% das emissões de gases de efeito estufa em 2017. Por outro lado, o país produziu as primeiras diretrizes alimentares com recomendações explícitas de sustentabilidade (The Lancet, 2019).

A latente necessidade de iniciativas socioeconômicas, ambientais, produtivas e organizacionais constrói um cenário promissor para colocar as questões alimentares nos debates públicos e políticos. As questões que se colocam são: Neste cenário de aumento da insegurança alimentar, potencializado pela Pandemia de Covid-19, a questão alimentar entrou na agenda eleitoral dos candidatos às eleições municipais de 2020? Caso sim, de que forma se deu essa abordagem? Quais partidos mais contribuíram em relação à temática e quais os eixos temáticos das soluções propostas?

A análise realizada neste trabalho foi organizada em mais sete seções além desta introdução. Na segunda seção apresenta-se os objetivos gerais e específicos. Na terceira, se apresenta a revisão teórica, os principais autores e seus respectivos conceitos e interpretações que auxiliaram na análise dos fenômenos estudados, sendo eles sistemas alimentares, sistemas alimentares sustentáveis, a multidimensionalidade das questões alimentares, a Sindemia global e a agenda eleitoral. A quarta seção faz um panorama nacional e discute em que medidas as questões alimentares foram incorporadas pelos candidatos, também aborda possíveis diferenças regionais. Em seguida, a quinta seção aborda os diferentes vínculos partidários e descreve as propostas dos partidos que trataram expressivamente as questões alimentares. A sexta seção trata das propostas dos dois partidos que mais contribuíram com a temática. A sétima seção identifica os eixos temáticos mais abordados pelos partidos. A oitava seção apresenta as considerações finais e, por fim, as referências.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o modo como as questões alimentares foram tratadas na agenda eleitoral dos(as) candidatos(as) à prefeito(a) nas capitais brasileiras nas eleições municipais de 2020.

2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos desta pesquisa são:

- a) analisar os planos de governo de cada candidato(a) às eleições municipais das capitais brasileiras de 2020 a fim de verificar a maneira que as questões alimentares foram tratadas.
- b) identificar os partidos que mais contribuíram, suas respectivas propostas às questões alimentares e o eixo temático predominante por sigla.
- c) assinalar os eixos temáticos sobressalentes e possíveis diferenças de abordagens.
- d) analisar o tratamento das questões alimentares pelos candidatos(as) eleitos(as) conforme panorama nacional, por regiões e partidos e identificar os eixos predominantes das propostas deste grupo.

3. METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos delimitados, o estudo realizado tratou-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa. Este trabalho, portanto, reúne perspectivas de caráter subjetivo e aspectos baseados em números, métricas e cálculos matemáticos, pois essa junção quali-quanti “permite que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais ‘ecológicos’ e ‘concretos’ e aprofundadas em seus significados mais essenciais” (Minayo e Sanches, 1993, p. 247).

Em relação aos pressupostos da abordagem qualitativa, Flick et al. (2000, apud Günther, 2006, p. 202), apresentam quatro bases teóricas: a) a realidade social é vista como construção e atribuição social de significados; b) a ênfase no caráter processual e na reflexão; c) as condições "objetivas" de vida tornam-se relevantes por meio de significados subjetivos; d) o caráter comunicativo da realidade social permite que o refazer do processo de construção das realidades sociais torne-se ponto de partida da pesquisa. No que se refere à pesquisa quantitativa, segundo Fonseca (2002, p.20, apud Gerhardt e Silveira, 2009, p.35) esta “recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc” e, portanto, abrange a análise estatística realizada neste trabalho.

A coleta de dados utilizou como fonte documental os planos de governo, que são documentos oficiais exigidos para os registros das candidaturas à prefeito(a), das eleições municipais de 2020. Conforme definido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), esses materiais são registrados na plataforma “Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais” como “Propostas de Governo” e ficam disponíveis no site do TSE. O recorte metodológico desta pesquisa não inclui as candidaturas para vereador(a), pois estas não possuem a obrigatoriedade de apresentar tais documentos obrigatórios. Também delimitou-se a área de estudo às capitais brasileiras, excluindo-se Brasília, pois esta não possui prefeito.

A análise estatística dos dados (método quantitativo) e a análise de conteúdo (método qualitativo) se deu por meio da leitura e do tabelamento das informações contidas nos planos de governo, as quais faziam referência às questões alimentares. Quantificou-se as candidaturas e partidos que citam o termo alimentação e

correlatos, assim como as menções acerca de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), fome, obesidade e mudanças climáticas e os planos com seção especial sobre o tema e o número de propostas. A etapa seguinte compreendeu o cálculo da média de propostas em relação ao total de candidaturas e, por meio desta, se estabeleceu a classificação de abordagem expressiva para aquelas acima ou igual à média e pontual para aqueles abaixo da média. O mesmo se deu para a classificação da abordagem das macrorregiões e dos partidos.

O desenvolvimento da análise qualitativa foi a partir da assimilação do referencial teórico e da reflexão quanto aos dados coletados. Como apontado por Richardson et al (2015), a pesquisa qualitativa é uma tentativa de compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas, em relação a esse estudo, a investigação buscou compreender a importância dada às questões alimentares pelos candidatos(as). Gaskell (2015, p.65) também aponta que o objetivo da pesquisa qualitativa é desenvolver uma “compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos”, dessa forma, buscou-se entender a forma de abordagem e possíveis divergências entre macrorregiões e partidos em relação ao tema.

Para esta análise utilizou-se também o sistema Voyant Tools, um ambiente de leitura e de análise baseado em mineração de textos para facilitar a leitura e práticas interpretativas. Apresenta-se como uma ferramenta com dezenas de possibilidades que envolvem a mineração e exibição de dados de forma tabular e em visualizações diversas (Sinclair e Rockwell, 2021). A partir do Voyant Tools foi construído nuvens de palavras que organizam graficamente os termos mais frequentes nas propostas dos partidos e através da análise do contexto, por meio da mesma ferramenta, foi possível estabelecer os eixos temáticos predominantes das ideias apresentadas pelos partidos.

4. REVISÃO TEÓRICA

Nesta seção apresenta-se a revisão teórica dos principais conceitos que auxiliaram na análise dos fenômenos estudados, sendo eles sistemas alimentares, sistemas alimentares sustentáveis, a multidimensionalidade das questões alimentares, a Sindemia global e a agenda eleitoral.

Os sistemas alimentares podem ser definidos como todos os processos que envolvem produção, processamento, marketing, consumo e descarte de bens que se originam da agricultura, silvicultura e pesca, incluindo os insumos necessários e os resultados gerados em cada uma dessas etapas (FAO, 2013, p.11). Além disso, eles incluem as pessoas e instituições, o ambiente sócio-político, econômico e tecnológico em que essas atividades acontecem. O sistema alimentar hegemônico, que têm como características a industrialização e a concentração de mercado por atores com grande poder, é fator em comum entre as pandemias de mudanças climáticas, obesidade e desnutrição que, correlacionadas, foram conceituadas como “Sindemia Global”, segundo The Lancet (2019, p.2). A insustentabilidade do sistema alimentar vigente traz consigo diferentes consequências:

“Em muitas regiões, vegetais, frutas e alimentos de origem animal são frequentemente caros ou inacessíveis, resultando em dietas sem variedade, com baixa qualidade nutricional. Além disso, os alimentos ultraprocessados são uma força motriz na pandemia global de obesidade, quase 2 bilhões de pessoas têm sobrepeso ou obesidade. O sistema alimentar também está causando danos ambientais sem precedentes, contribuindo com até 29% das emissões antropogênicas de gases de efeito estufa e causando desmatamento intenso, degradação do solo e perda maciça da biodiversidade” (The Lancet, 2019, p.40).

Em contrapartida, os sistemas alimentares sustentáveis (SAS) possuem como fundamento “oferecer Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) a partir de mudanças nas bases econômicas, sociais e ambientais, para que as gerações futuras não sejam comprometidas” (HLPE, 2014, p.31). Dessa forma, eles promovem uma alimentação saudável e sustentável. Ademais, outras características são:

“Sistemas alimentares sustentáveis promovem os resultados globais da saúde humana, saúde ecológica, equidade social e prosperidade econômica. Eles têm um baixo impacto ambiental, apoiam a biodiversidade, contribuem para a segurança alimentar e nutricional e apoiam culturas e tradições alimentares locais (The Lancet, 2019, p.23).

As questões alimentares, portanto, vão além do aspecto biológico do alimento, sendo o nutrólogo e geógrafo Josué de Castro um dos primeiros a complexificar o tema. Em sua obra “Geografia da Fome”, o autor trata sobre a fome a partir de uma perspectiva multidimensional, envolvendo aspectos sociais, históricos e políticos. “A fome – eis um problema tão velho quanto a própria vida” (CASTRO, 1984. p. 5)

Em 2018, o Brasil retornou ao mapa da fome, o que demonstra que apesar da alimentação ter sido institucionalizada como Direito Humano e responsabilidade do Estado, a sua efetivação não se tornou realidade. A fome está presente no passado, como também está presente nos dias atuais (CARNEIRO, 2003, p.23).

Segundo Bourdieu (2012), o Estado está na base da organização social, é resultado das relações entre a sociedade civil e sociedade política, e é o executor das decisões dessa relação, que reúne coerção e consenso. O Estado, portanto, é uma entidade fundamental para a concretização do Direito Humano à alimentação e, dessa forma, garantir a cidadania. Como apontado por Valente (2002, p.33):

O Estado tem a função de respeitar, proteger, promover e prover o direito à alimentação, direito este que constitui obrigação do poder público e responsabilidade da sociedade civil, que alia a concepção de um estado físico ideal– estado de segurança alimentar e nutricional – aos princípios de direitos humanos, tais como dignidade, igualdade, participação, não discriminação, entre outros. (VALENTE, 2002, p.33)

A superação das questões alimentares no Brasil passa pela formulação de estratégias de ações públicas, que são processos complexos e se desenvolvem em diferentes escalas, atores sociais e etapas. Como apontado por Celina Souza (2006, p.29), “a criação de uma política pública pode ser dividida em: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação”.

Para as questões alimentares adentrarem a agenda pública primeiro elas devem adquirir o status de problema público. Apenas o fato ou disfunção não é suficiente para a definição de um problema. Atualmente se entende que os problemas são “construções sociais, implicando não apenas condições objetivas, mas também juízos subjetivos” (Parsons; Zittoun, 2007, apud Ana Cláudia Capella, 2016, p.15). O que é um problema, portanto faz parte do conflito político:

"A definição de problemas consiste numa representação estratégica de situações: é uma representação porque toda descrição de uma situação prioriza um ponto de vista, entre vários outros possíveis. E é estratégica porque essa descrição é deliberadamente escolhida para promover um determinado curso de ação. A definição de problemas é, portanto, essencialmente política: Os problemas são definidos na política para atingir metas - mobilizar o apoio para um lado em um conflito. Definir um problema é fazer uma declaração sobre o que está em jogo e quem é afetado e, portanto, definir interesses e a constituição de alianças. Não existe uma definição de problema apolítica (Stone, 2002, p. 231, apud Ana Cláudia Capella, 2018, p.18).

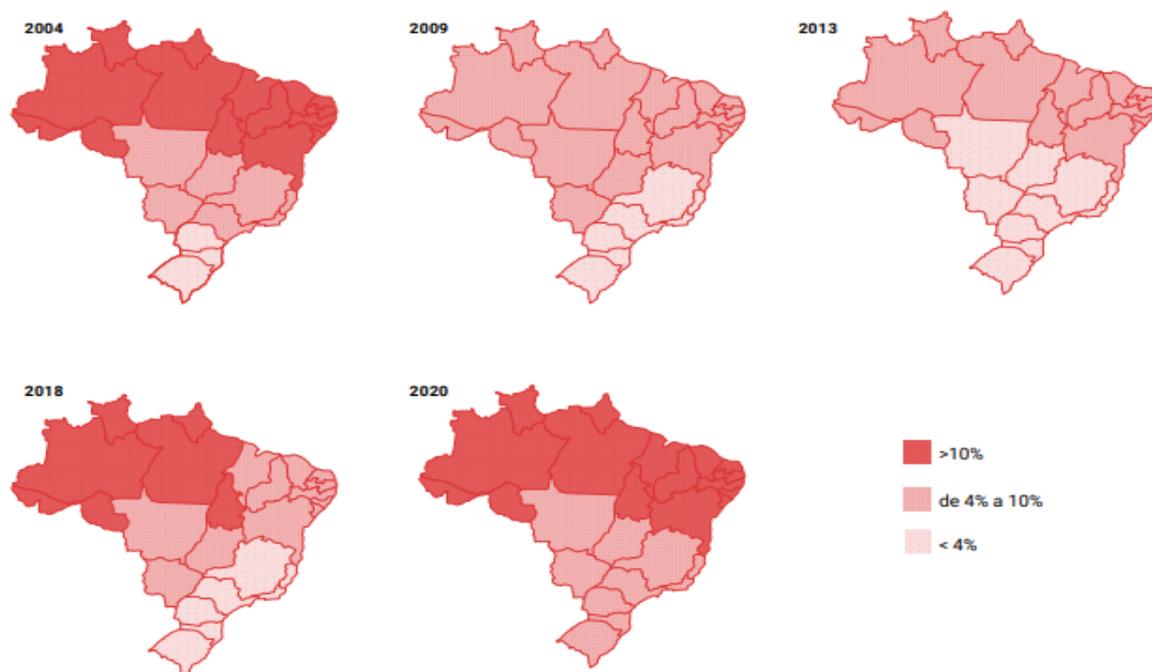
Segundo Cobb e Elder (1972 apud Capella, 2018, p.30), as questões são problemas sociais que caracterizam situações de conflito entre dois ou mais grupos envolvendo a distribuição de recursos. Outro elemento chave para entender sobre o conceito de agenda é a definição de Dearing e Rogers (1996 apud Capella 2018, p.30) de "hierarquia de importância", pois, segundo os autores, a atenção é um recurso escasso e devido a isso existem questões que são priorizadas e atingem o topo da hierarquia de importância em detrimento de outras. Como apontado por Ana Cláudia Capella (2018), trata-se de um processo fluido em que questões se movem por um mecanismo contínuo de hierarquização, e a investigação da agenda pode fornecer uma visão detalhada de um determinado momento relacionado a uma questão específica, bem como apontar para mudanças.

Dessa forma, o estudo das agendas eleitorais dos(as) candidatos(as) das eleições municipais de 2020, ano em que a Pandemia de Covid-19 teve início no Brasil, oferece um indicativo de como as questões alimentares são interpretadas nesse período, se são tidas como relevantes e quais as propostas de resoluções são pensadas a respeito delas.

5. PANORAMA NACIONAL DO TRATAMENTO DADO ÀS QUESTÕES ALIMENTARES

No Brasil, em 2018, 10,3 milhões de pessoas estavam em insegurança alimentar grave, passando para 19,1 milhões, em 2020, portanto, foram cerca de nove milhões de brasileiros(as) a mais que passaram a ter a experiência da fome (Rede PENSSAN, 2021, p. 53). Atualmente o país está de volta ao mapa da fome, retornando a índices do ano de 2004, como demonstrado na figura abaixo.

Figura 1 – Evolução da fome no Brasil: porcentagem da população afetada pela insegurança alimentar grave

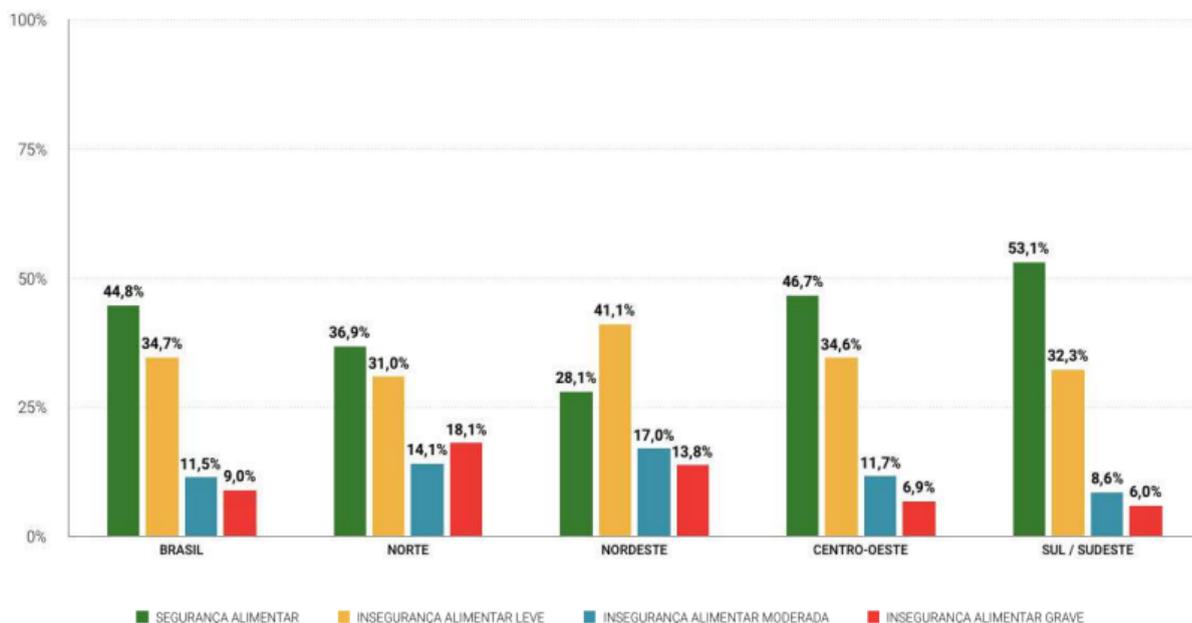


Fonte: Rede PENSSAN, 2021.

As macrorregiões brasileiras são atingidas de maneira distintas pelas questões alimentares. A Região Norte e Nordeste enfrentam a insegurança alimentar grave com maior intensidade em comparação com as demais regiões (Figura 1). Entretanto, isso não significa que as demais regiões não apresentem essa condição no interior de cada uma delas. Conforme a Figura 2 mostra, apenas 44,8% dos domicílios brasileiros apresentam segurança alimentar. A região Sul e Sudeste são as que apresentam o melhor índice, de 53,1% dos domicílios com

segurança alimentar.

Figura 2- Distribuição proporcional dos domicílios por nível de Segurança/Insegurança Alimentar no Brasil e macrorregiões.



Fonte: Rede PENSSAN, 2021.

As características sociodemográficas também são fatores distintivos. Segundo estudo realizado em 2021 pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), a vulnerabilidade alimentar é maior em lares chefiados por mulheres, entre a população negra, nos domicílios rurais e entre pessoas com baixo nível de escolaridade. O desemprego, que aumentou 12% ao ano (IBGE, 2020), também foi uma condição que prejudicou a segurança alimentar dos(as) brasileiros(as).

Ao analisar as Propostas de Governo, observamos que há um tratamento diferenciado das questões alimentares entre as candidaturas. Consideramos como “questões alimentares” referências a ações que contemplem o âmbito da produção (promoção da agricultura, ações para a agricultura familiar, infraestruturas rurais e agrícolas); circulação e distribuição dos alimentos (criação e regulação de mercados, políticas de aquisição de alimentos); acesso aos alimentos (canais de comercialização, políticas sociais); e promoção da alimentação saudável (projetos

educacionais, promoção de alimentos orgânicos e agroecológicos).

As candidaturas foram classificadas em quatro tipos: I- aquelas que não citam as questões alimentares, ou seja, não fazem nenhuma referência aos temas sinalizados em suas Propostas de Governo; II- aquelas que apenas citam os temas, mas não apresentam proposições sobre; III- aquelas que abordam pontualmente, fazendo referência a até seis elementos destacados anteriormente; III- aquelas que conferem um tratamento mais expressivo às questões alimentares (igual ou acima de sete), ainda que diluídas em diferentes setores (agricultura, saúde, educação, assistência social, etc.). Os dois últimos tipos foram organizados considerando que a média de propostas por candidato(a) foi igual a sete.

Tabela 1- Candidaturas a prefeito(a) e o tratamento das questões alimentares nas capitais brasileiras, nas eleições municipais de 2020.

	Quantidade de candidaturas
Número de candidaturas total	320
Candidaturas que não citam as questões alimentares	52
Candidaturas que não apresentam propostas	55
Candidaturas que abordaram pontualmente (<7 propostas) as questões alimentares	148
Candidaturas que conferiram tratamento expressivo (>=7 propostas) às questões alimentares	117
Candidaturas que fizeram referência à SAN, Obesidade, Fome e/ou mudanças climáticas	137
Candidaturas que resguardam ao tema uma seção especial	41

Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma “Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais” em 2020 (TSE, 2020).

Os dados coletados apontam que a maior parte das candidaturas (148) que propuseram sobre o tema apresentaram menos de 7 ações (média nacional). Partindo da classificação apresentada também observamos que 55 candidaturas não apresentaram propostas sobre questões alimentares. Apenas 12,81% das candidaturas resguardam uma seção especial às questões alimentares em seus planos de governo. Em relação às questões sobre segurança alimentar e nutricional

(SAN), fome, obesidade e mudanças climáticas, 42,81% das candidaturas citaram esses temas nos planos de governo.

Estabelecendo o mesmo critério para classificação de tratamento expressivo (média \geq 7), podemos perceber que as Regiões Norte e Sul se encaixam nessa classificação, respectivamente com média 11 e 8, como demonstrado na Tabela 2, bem como as regiões Centro- Oeste e Sudeste, as quais obtiveram média igual a 7 e, por fim, a Região Nordeste conferiu um tratamento pontual em relação às questões alimentares (média $<$ 7).

Tabela 2- Média de propostas por candidatos(as) nas eleições municipais de 2020, nas capitais brasileiras, por região.

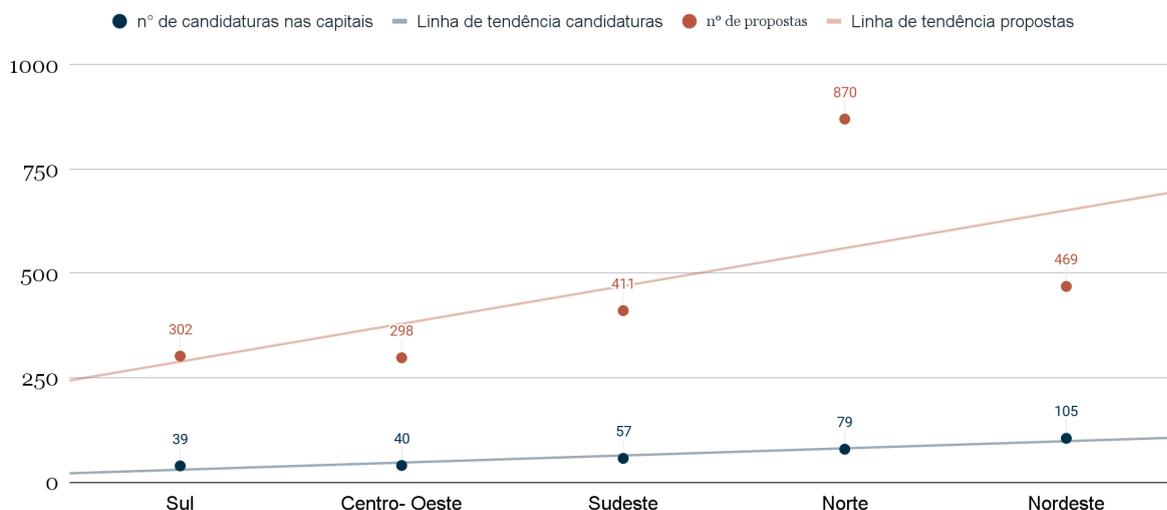
Regiões	Média de propostas
Norte	11
Nordeste	4
Centro-Oeste	7
Sudeste	7
Sul	8

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da plataforma “Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais” em 2020 (TSE, 2020)

Atualmente, a Região Norte possui o maior índice de insegurança alimentar (IA) grave (18,1%), apresenta a maior média de propostas por candidato sobre questões alimentares nas suas capitais, já a Região Nordeste, que é a segunda maior em relação a IA grave (13,8%) foi a região com a menor média de propostas por candidato.

Em relação a número absolutos, a Região Norte se destaca novamente, com um total de 870 propostas, seguida pela região Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste (Figura 3). O número de propostas da região Norte pode ser considerado um outlier, pois se sobressai no conjunto de dados das regiões, como é possível observar na Figura 3.

Figura 3 - Correlação entre números de candidatos e propostas nas capitais por região



Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma “Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais” em 2020 (TSE, 2020).

A Região Norte foi a que apresentou maior número de proposições ligadas às questões alimentares, seguida do Nordeste, Sudeste, Sul e Centro- Oeste. Entretanto, através da média de propostas por candidato, essa ordem mudou, a Região Norte obteve média igual a 11, mas é seguida pela Região Sul, com média igual a 8, Centro- Oeste e Sudeste com média igual a 7 cada e, por fim, a Região Nordeste com média igual a 4 (Tabela 2).

A Região Norte também concentra o número de candidaturas com tratamento expressivo, ou seja, aqueles candidatos(as) que apresentaram 7 ou mais propostas ligadas às questões alimentares em seus planos de governo. Alguns exemplos de propostas que aparecem na Região são: fomento à produção de alimentos com programas de escoamento e assistência técnica; desenvolvimento da agricultura familiar; programa municipal de aquisição de alimentos da agricultura familiar, com foco na erradicação da fome; fortalecimento do cooperativismo e associativismo; regularização fundiária da Zona rural; criação de conselho municipal de Desenvolvimento Rural; criação e reestruturação de feiras para comercialização da produção; capacitação dos produtores; ampliação da política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), entre outros.

Tabela 3- Candidaturas que propuseram sete ou mais ações sobre questões alimentares nas capitais brasileiras, nas eleições municipais de 2020.

Regiões	Candidaturas com sete ou mais propostas
Norte	46
Nordeste	23
Centro-Oeste	19
Sudeste	13
Sul	16

Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma “Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais” em 2020 (TSE, 2020).

Das 55 candidaturas que não apresentaram propostas sobre questões alimentares, nove destas eram da região Norte, o que representa 11% das candidaturas dessa região, seis na região Sul (15%), seis na região Centro- Oeste (15%), dez na região Sudeste (17%) e vinte e três (23%) na região Nordeste (Tabela 4). Três candidaturas citaram questões alimentares, mas não propuseram sobre o tema e estas eram da região Sudeste, duas de São Paulo (SP), as quais citaram a questão da fome, e a terceira de Vitória (ES), que citou a questão da obesidade na saúde pública.

Além de ser a segunda região com maior Insegurança Alimentar grave, a Região Nordeste também reuniu a maior porcentagem de candidaturas nas capitais com nenhuma proposta sobre questões alimentares, 23% (Tabela 4). Em estudo realizado pela Rede PENSSAN (2021), nas regiões Norte e Nordeste foram observados os maiores percentuais de perda de emprego, redução dos rendimentos familiares, endividamento e corte nas despesas de itens considerados essenciais: todas essas condições referidas como consequência da pandemia, que agravam a vulnerabilidade da população. Essa tendência indica que a superposição da emergência da pandemia da Covid-19 com as crises econômica e política dos últimos anos impactou de forma negativa e relevante o direito humano à alimentação adequada e saudável do povo brasileiro (Rede PESSAN, 2021).

Tabela 4- Porcentagem dos candidatos(as) que não citam questões alimentares nas eleições municipais de 2020, nas capitais brasileiras, por região.

Regiões	% dos que não citam questões alimentares
Norte	11%
Nordeste	23%
Centro-Oeste	15%
Sudeste	12%
Sul	15%

Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma “Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais” em 2020 (TSE, 2020)

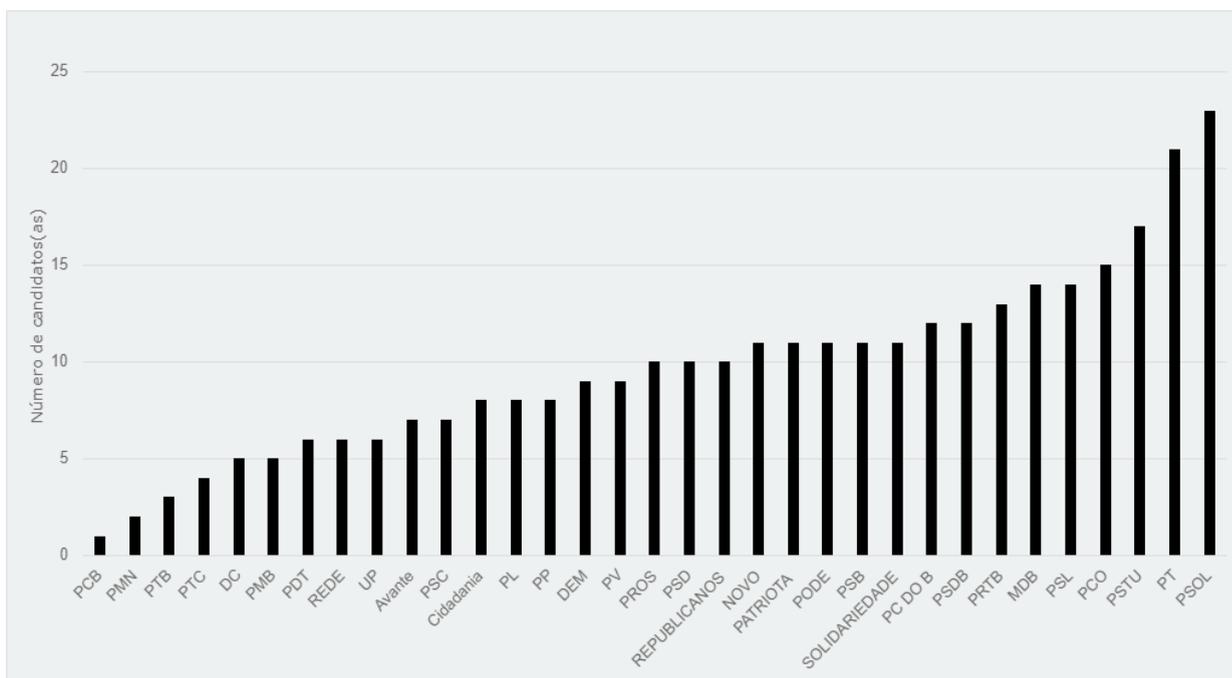
Apesar das regiões Norte e Nordeste apresentarem situações semelhantes, como os altos índices de insegurança alimentar, entre outros, se comparadas às demais regiões, o espaço destinado para discutir as questões alimentares nos planos de governo dos(as) candidatos(as) foi consideravelmente maior na região Norte e expressivamente menor na região Nordeste, mostrando uma evidente divergência na abordagem da temática alimentar entre as regiões.

6. PARTIDOS POLÍTICOS E O TRATAMENTO DO TEMA ALIMENTAÇÃO

Enquanto na seção anterior buscamos analisar o panorama geral do conjunto das candidaturas e distinções entre as macrorregiões na forma que trataram as questões alimentares, nessa procuramos evidenciar e descrever a abordagem das questões alimentares entre os diferentes partidos políticos, dando ênfase aos que conferiram tratamento expressivo e apresentando as propostas presentes nos planos de governo destes. Primeiramente, é importante observar a presença de diferentes partidos nas candidaturas das capitais brasileiras, no total, foram 26 partidos políticos que participaram das eleições municipais de 2020 nas capitais brasileiras.

Como demonstrado na Figura 4, apresentada nesta seção, observamos que o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) foi o partido com maior expressividade, pois respondeu por 23 candidaturas. O segundo partido mais expressivo foi o Partido dos Trabalhadores (PT), com 21 candidatos; seguido pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) com 17 candidatos; o Partido da Causa Operária (PCO) com 15 candidatos; o Partido Social Liberal (PSL) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) com 14 candidatos cada; o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) com 13 candidatos; o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) com 12 candidatos; o Partido Novo, o Solidariedade, o Patriota, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Podemos (PODE) com 11 candidatos cada; o Republicanos, o Partido Republicano da Ordem Social (PROS) e o Partido Social Democrático (PSD) com 10 candidatos cada; o Democratas (DEM) e Partido Verde (PV) contaram com 9 candidatos cada; o Cidadania, o Partido Liberal (PL) e Progressistas (PP) com 8 candidatos; o Avante e o Partido Social Cristão (PSC) com 7 cada; o Partido Democrático Trabalhista (PDT), Rede, Unidade Popular (UP) com 6 cada; o Partido da Mulher Brasileira (PMB) e Democracia Cristã (DC) com 5; o Partido Trabalhista Cristão (PTC) com 4 candidatos; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com 3; o Partido da Mobilização Nacional (PMN) com 2; e, por fim, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) com 1 candidato cada.

Figura 4- Candidaturas para prefeito(a) por partido nas capitais brasileiras, nas eleições municipais de 2020.



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da plataforma “Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais” em 2020 (TSE, 2020).

Similarmente à seção anterior, procuramos classificar os partidos de acordo com a atenção que conferem às questões alimentares: I- partidos que não abordam as questões alimentares; II- partidos que abordam pontualmente as questões alimentares; III- partidos que conferem tratamento expressivo às questões alimentares (Tabela 02). A classificação entre o segundo e terceiro item decorreu do número médio de propostas/candidato para as questões alimentares apresentadas pelos partidos (7). As siglas que contabilizaram média menor a sete propostas/candidato foram consideradas como tratamento pontual e aquelas igual a sete ou acima desse número como tratamento expressivo.

Além disso, procuramos evidenciar as propostas pensadas pelos partidos em relação às questões alimentares e de que forma o tratamento dado às noções de segurança alimentar e nutricional, obesidade, fome e mudanças climáticas apareciam nos planos de governo e as resoluções pensadas sobre os referidos assuntos.

Tabela 5 - Tratamento das questões alimentares pelos partidos (média de propostas por candidato) nas capitais brasileiras, nas eleições municipais de 2020.

	PARTIDOS
Partidos que não abordaram as questões alimentares	0
Partidos que abordaram pontualmente as questões alimentares (<7)	PCO; PMDB; PTC; DC; NOVO; PTB; PSL; PATRIOTA; PODE; PMN; PSTU; PRTB; PMB; REPUBLICANOS; PC DO B; PSDB; CIDADANIA; SOLIDARIEDADE; UP;
Partidos que conferiram tratamento expressivo às questões alimentares (>=7)	PT; PSOL; Avante; REDE; PDT; PSB; MDB; DEM; PCB; PL; PP; PROS; PSC; PV; PSD
Partidos que abordaram SAN; Obesidade; Fome; Mudanças climáticas;	Todos, <u>exceto</u> PMN; DC; PSC

Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma “Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais” em 2020 (TSE, 2020).

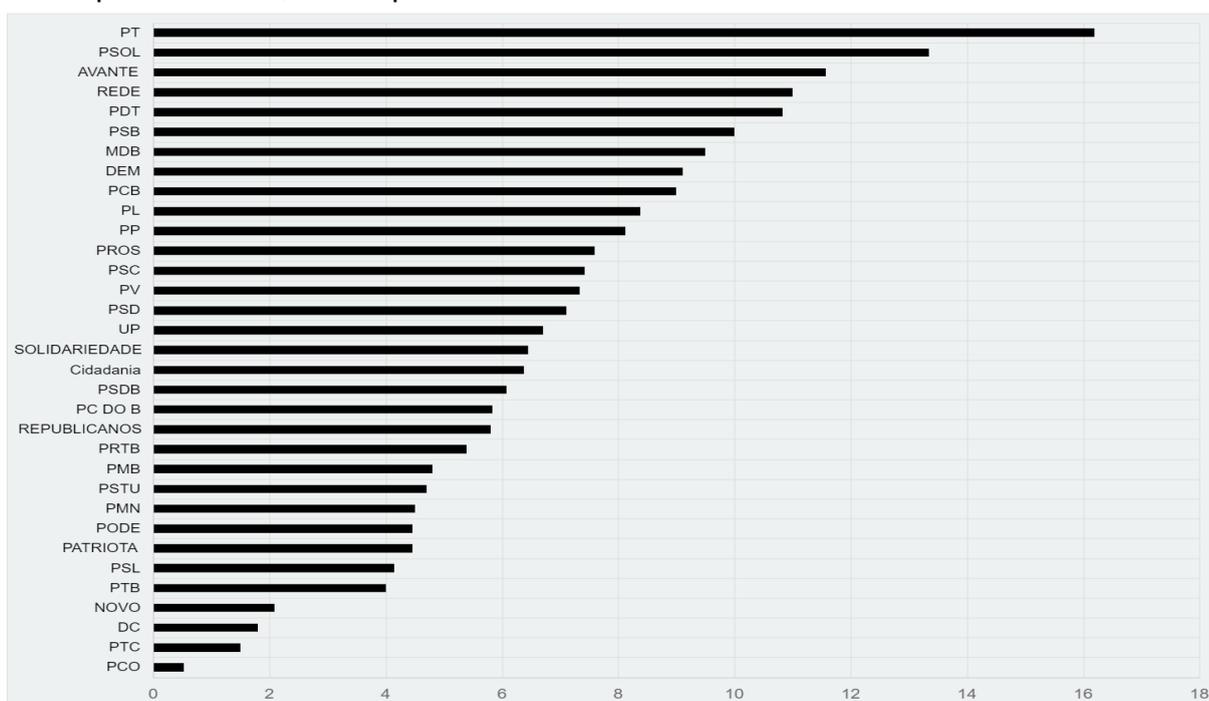
Chama a atenção na Tabela 5 que todos os partidos que apresentaram candidaturas abordaram, de algum modo, as questões alimentares. Ainda que seja objeto de intenso debate metodológico e mesmo considerando que os posicionamentos ideológicos podem oscilar ao longo de uma trajetória, podemos observar, com base em classificações feitas por Jorge, Faria e Silva (2020), Codato, Berlatto e Bolognesi (2018) e Maciel, Alarcon e Gimenes (2017), que diferentes posicionamentos ideológicos (dependendo da localização entre esquerda, centro e direita) abordaram as questões alimentares. Todavia, tal evidência não nos permite estabelecer relações de causalidade.

O fato de nem todos os candidatos de um mesmo partido abordarem as questões alimentares – expressas na ausência de tratamento por 52 candidaturas (Tabela 1)- coloca em debate outros elementos que podem interferir na inclusão ou exclusão das questões alimentares na agenda eleitoral local, como configurações das coligações políticas, ativismo de candidaturas, pautas do(s) Partido(s) concorrente(s), presença de movimentos sociais, características socioeconômicas e nutricionais, etc. (Salles e Guarnieri, 2019).

Conforme a Tabela 5, dezenove partidos abordaram pontualmente as questões alimentares, ou seja, seus candidatos apresentaram menos de sete propostas relativas às questões alimentares. Dentre esses partidos, alguns limitaram o tratamento apenas a um tema (alimentação escolar, agricultura familiar, etc.),

outros abordaram mais de um tema, todavia ainda de maneira pouco expressiva. Ainda de acordo com a Tabela 5, quinze partidos conferiram tratamento mais expressivo às questões alimentares, sendo eles o Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); Avante; REDE; Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Movimento Democrático Brasileiro (MDB); Democratas (DEM); Partido Comunista Brasileiro (PCB); Partido Liberal (PL); Partido Progressista (PP); Partido Republicano da Ordem Social (PROS); Partido Social Cristão (PSC); Partido Verde (PV); Partido Social Democrático (PSD), como demonstrado pela figura a seguir

Figura 5 - Média de propostas por candidato de cada partido nas eleições municipais de 2020, nas capitais brasileiras.



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da plataforma “Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais” em 2020 (TSE, 2020).

Como é possível observar na Figura 5, o Partido dos Trabalhadores (PT) foi o que mais contribuiu com propostas direcionadas às questões alimentares. Em números absolutos os 21 candidatos do partido somaram 340 propostas em conjunto, obtendo a maior média de propostas por partido, que foi igual a 16. Cabe também destacar o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que em números

absolutos de propostas, contribuiu com o total de 304 e obteve média igual a 13. Devido ao grande número de propostas desses dois partidos, elas serão tratadas em uma seção à parte.

5.1 As propostas dos partidos com tratamento expressivo às questões alimentares

Nesta subseção serão apresentadas as propostas dos partidos que obtiveram média igual ou maior que sete em relação às propostas direcionadas às questões alimentares em ordem crescente.

O Partido Social Democrático (PSD), o Partido Verde (PV) e o Partido Social Cristão (PSC), apresentaram média de sete propostas por candidato cada. Em relação às propostas do PSD, estas fazem referência à parcerias e ações intersetoriais para incentivar a alimentação adequada e saudável; análise e criação de marcos legais para estimular atividades como comida de rua em conjunto com as subprefeituras, a fim de que se tornem geradoras de emprego e renda; fomento à sustentação econômica para atividades tais como: agricultura sustentável urbana e periurbana, turismo, criação de parques lineares e agilização do processo de licenciamentos; implementação de atividades de agricultura orgânica e canteiros de mudas para a cidade em parceria produtores rurais que atuam na região; estímulo à canteiros centrais com ciclovias e pistas de caminhada, bem como a implantação de hortas comunitárias em pequenas praças de bairros, áreas comuns de escolas públicas.

Outras ações propostas foram estimular a economia circular e gerar riqueza através da integração de programas de reciclagem, moeda verde e banco de alimentos, pois segundo a proposta, o sistema criará um incentivo para que as hortaliças produzidas por agricultores rurais urbanos, ligados à agricultura familiar, tenham parte de sua produção comercializada com a moeda verde nos comércios locais cadastrados no programa. Os cidadãos, por sua vez, receberão a moeda verde ao levar os itens recicláveis nos pontos de coleta criados pela Prefeitura. Além disso se propôs o Programa de Agricultura Sustentável Rural, que compreende a implantação de incentivos reais para os agricultores organizados em cooperativas,

fornecendo cursos técnicos especializados e capacitação e escoamento dos produtos para venda; constituição de uma coordenadoria que seja responsável pela implementação das atividades, refazendo o cinturão verdes; estabelecer os cursos profissionalizantes pela Coordenação de Educação Ambiental e Cultura de Paz, Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ), órgão gestor da Política Municipal de Educação Ambiental de São Paulo, em parceria com universidades e colégios agrícolas.

Também foi proposto a ampliação e qualificação dos restaurantes populares; a compra de produtos da agricultura familiar; implantação do Programa “Cozinha Comunitária”; investimento na qualidade da alimentação escolar e assistencial, para a garantia de segurança alimentar, qualificação dos profissionais, como no caso das cantineiras, com a manutenção do “Concurso de Receitas da Alimentação Escolar”; redução do desperdício de alimentos aptos para o consumo, por meio da conexão entre doadores (pessoas físicas e estabelecimentos comerciais, como supermercados, padarias e sacolões) e beneficiários (entidades e famílias) e, para isso, investir no Banco de Alimentos;

Foi citado o Programa de Assistência Alimentar e Nutricional (PAAN) como maneira de assegurar o direito à alimentação; a continuidade de programas como a qualificação e ampliação da política municipal de agricultura urbana, inclusive com a implantação de agroflorestas e a consolidação do cadastro municipal de agricultura urbana; a consolidação do Programa Territórios Sustentáveis, também levando-o para outros territórios da cidade; implantação do Banco de Sementes Agroecológicas e Crioulas; citou-se também o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), utilizados para a compra e doação simultânea por meio da aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares e pescadores artesanais para atendimento das demandas de suplementação alimentar e nutricionais dos programas sociais do município.

O partido sugere a consolidação e ampliação da Central de Abastecimento da Agricultura Urbana e Familiar (CAFA), em parceria com Rede de cooperativas da agricultura familiar; a estruturação dos circuitos curtos de agricultura urbana, no funcionamento efetivo dos Mercados Públicos (a partir das licitações) e na

qualificação e ampliação da rede ABasteCer, buscando atender áreas de maior vulnerabilidade, com desertos e pântanos alimentares; criação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Urbana, para a alimentação escolar, e os restaurantes populares; a ampliação da qualificação em gastronomia, em articulação com os setores produtivos e as estratégias de formação em agroecologia; a potencialização das ações de educação para o consumo alimentar saudável, com ampliação dos públicos atendidos e a formação de multiplicadores, tais como estudantes e trabalhadores da educação, feirantes, servidores, entre outros.

É levantado a proposta de simplificação e aprimoramento dos instrumentos legais de abastecimento, comercialização e produção de alimentos em espaços públicos, facilitando seu uso pela população; a qualificação dos espaços de controle social, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar e de Segurança Alimentar, garantindo qualificação e formação continuada; estruturação da secretaria executiva, instalação em espaço físico com equipamentos adequados; a consolidação de redes de parceria e certificação participativa do alimento orgânico também são propostas apresentadas pelos candidatos.

Também faz parte do escopo de propostas do PSD a implantação do Programa Saúde sem peso, que visa a promoção da alimentação saudável e prevenção da obesidade; parcerias entre município de Goiânia e Prefeituras da Região Metropolitana de Goiânia, objetivando a pavimentação, recuperação e manutenção das ruas e avenidas, visando a melhoria do deslocamento da população e escoamento da produção agropecuária, comercial, industrial e outros importantes fins; estruturação dos APLs (Arranjos Produtivos Locais), parceria com a Codevasf, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, empresa pública brasileira vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional;

Há também propostas voltadas tanto à agricultura familiar como também ao agronegócio. Por exemplo, no Acre foi proposto a ampliação da área cultivada em Rio Branco em pelo menos 70% nos próximos quatro anos, através de utilização de tecnologias agrícolas, mecanização, sistemas produtivos integrados (lavoura-pecuária-floresta), agricultura familiar, recuperação de áreas degradadas, sistemas agroflorestais e iniciativas de expansão do agronegócio.

A figura do produtor também esteve presente em algumas propostas, por exemplo, na ideia da criação do Programa Produtor Protagonista, que reúne estratégias de capacitação, assistência técnica e mentoria com foco direto no produtor, na eficiência produtiva e no empreendedorismo rural. Ressalta-se nesta proposta que a propriedade passa a ser vista como uma “unidade de negócios”, recebendo do programa conhecimento nas áreas de economia, gestão, produção agrícola, economia solidária, cooperativismo de modo, segundo o proponente, a garantir o empoderamento dos produtores. Ampliação, modernização e organização das feiras agrícolas nos bairros; implantação de uma Programa de fomento à criação de frangos por meio da implantação em parceria com o Governo Federal e instituições de fomento de “Mini Granjas” para estruturação da produção também foram citados.

Sugere-se a criação de alianças entre aspectos da produção agrícola municipal com mobilidade urbana (acesso, estacionamento), arquitetura e engenharia (ampliação vertical e horizontal), economia (apoio a gestão das unidades produtivas) e turismo (ponto de referência para os visitantes que desejam conhecer a produção regional); criação do projeto “Rota do Mel” para conservação, educação ambiental e sustentabilidade, esta proposta, localizada em Rio Branco, no Acre, consiste na instalação de meliponários em áreas verdes estratégicas, visando a conservação de abelhas nativas sem ferrão e divulgação da meliponicultura.

Dentre as propostas há também a ideia de desenvolver uma política municipal efetiva de Segurança Alimentar e Nutricional, promovendo a soberania a segurança alimentar de modo que a população tenha acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. É sugerido ainda o incentivo a pequenos produtores historicamente esquecidos, inclusive os produtores de alimentos típicos como o açaí, garantindo comercialização em feiras e escolas.

Por meio da análise das propostas dos planos do PSD é possível destacar que a agricultura recebeu maior visibilidade, com ênfase na agricultura familiar, sustentável, orgânica e urbana. Dessa forma, pode-se afirmar que o eixo

predominante entre as ideias do partido foi a agricultura familiar. A seguir, a nuvem de palavras evidencia o destaque dado à agricultura.

Figura 6- Nuvem de palavras das propostas de governo do partido PSD



Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do TSE (2020) com a ferramenta Voyant Tools.

O Partido Verde (PV) também obteve média 7 de propostas por candidato. Em Porto Alegre, o partido apresentou ideias como o Programa de preservação da Zona Rural que inclui ações como o aumento de alimentos orgânicos e promoção do Ecoturismo a fim de preservar a Zona Rural. Também prevê adquirir essa produção orgânica para alimentar crianças nas creches, pré-escolas e nas escolas públicas e a inclusão dos Caminhos Rurais em Porto Alegre como parte dos pacotes turísticos para o Sul. Também faz referência ao Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) e ao Programa Nacional para Redução do uso de Agrotóxicos (PRONARA) como instrumentos para o direcionamento para compra de alimentos orgânicos.

O Partido Verde também menciona as PANCs – Plantas Alimentícias Não Convencionais – e afirma que estas podem ser uma atração à parte nos Caminhos Rurais, como é o caso do Pão de Urtiga, naturalmente sem as partes da planta que causam comichão, pois estas saem durante o preparo. É sugerido a regularização fundiária da Zona Rural no Plano Diretor; a criação de hortas comunitárias nas Escolas Municipais e a utilização destes alimentos orgânicos para alimentação das crianças e adolescentes, diminuindo custos por produzir alimentos, e possibilitando que estes sejam levados para as casas das famílias que mais necessitassem;

cursos de técnicas agrícolas; o incremento do Empreendimento social (aumento da doação de alimentos) e a fiscalização da doação pela prefeitura.

O partido também propõe o Projeto Porto Alegre dá Frutos contra a fome, diante do quadro de grande desorganização da Economia provocado pela pandemia de 2020. Para tanto, esse projeto prevê o plantio planejado pela Prefeitura de árvores frutíferas para os bairros e vilas mais necessitados. Dentre as propostas são citados o incentivo a formação de Cooperativas nas áreas de regularização fundiária de economia solidária e gestão de resíduos sólidos orgânicos ou inorgânicos, dejetos da criação de animais, resíduos associados a culturas de agroindústria, embalagens de agrotóxicos, fertilizantes e insumos.

É colocado a proposta de ampliar as ações existentes no município de Porto Alegre voltadas para a segurança alimentar e nutricional, incrementando os trabalhos do banco de alimentos e da central de processamento de alimentos, contribuindo para o combate à fome; fortalecer as ações desenvolvidas pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSAN); estimular a ampliação da produção de alimentos orgânicos no espaço territorial do município, desenvolvendo programas educacionais de hábitos alimentares saudáveis e consumo sustentável; estimular a realização de ações voltada para a educação alimentar e o consumo sustentável, nos espaços públicos municipais; estabelecer programas de incentivo à expansão da agricultura orgânica e a criação de marcas regionais; desenvolver estratégias que levem o município a atingir sua independência na produção de alimentos básicos; fortalecer os programas de manutenção das estradas vicinais; promover e incentivar as atividades do turismo rural, bem como o incremento das atividades econômicas nos distritos e nas áreas rurais.

O partido apresenta recomendações de desenvolvimento e fortalecimento da piscicultura, fomentando a atividade pesqueira e outras iniciativas; garantia da difusão de conhecimento e de novas tecnologias adaptadas à agricultura familiar; estabelecer convênios com MAPA, EMBRAPA, CONAB, INCRA e captar recursos de emendas parlamentares para implementação de todos os programas e ações existentes e que possam ser fomentados; implantação do Programa “Alimento Saudável” por meio do incentivo à produção agroecológica, com ênfase para a

produção de orgânicos, em todos os segmentos, inclusive a agroindústria rural de pequeno porte; incentivar, fomentar e subsidiar a produção de fontes de proteína barata como carnes de peixe, aves, suínos, ovino, caprino, produtos lácteos e outros pequenos animais.

O fortalecimento da agroindústria também foi abordado, em especial a agroindústria rural de pequeno porte (manipulação, embalagem, processamento e certificação dos produtos da agricultura familiar) tornando a modalidade competitiva não apenas internamente, mas visando outros mercados; estruturar e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do município; aumentar as hortas urbanas, a exemplo do funcionamento da horta comunitária da região norte, no modelo de gestão compartilhada; otimizar o uso do capim de Tocantins para fortalecimento de um sistema de silos; incentivar a formação de cooperativa de corte e armazenamento, o que pode garantir comida mais barata para os pequenos produtores rurais durante o verão.

O PV também propôs implantar programas suplementares visando a melhoria da qualidade nutricional da merenda escolar, apoiando a regionalização, introduzindo um cardápio balanceado em nutrientes e priorizando o uso de alimentos naturais e regionais, em parceria com a agricultura familiar; promover a saúde, com alimentação correta e atividade física; manter programas de doação de kits alimentares para complementação das famílias, garantindo, assim, a segurança alimentar, em especial no período de pandemia ou de emergências sanitárias; garantir a compra de produção agrícola local e a qualidade nutricional na alimentação dos alunos; implantar programa de cinturão verde, disponibilizando logística de transporte para pontos de venda; oferecer apoio técnico para otimizar a produção agrícola e pesqueira com objetivo de viabilizar economicamente essas atividades econômicas; construir um mercado municipal da zona rural para viabilizar ponto fixo e padronizado para reduzir custos de logística de transporte de produção assim como canais de comercialização e distribuição adequados aos produtores rurais e pescadores para cortar intermediários e aumentar a lucratividade.

O partido destacou o eixo de infraestrutura de produção de alimentos, com ênfase no fortalecimento, subsídio e apoio técnico e logístico à produção, em especial à orgânica, agroecológica e local, como evidenciado na Figura 7.

ambiente de colaboração e cooperação entre as universidades, laboratórios de pesquisa, empresas de alta tecnologia, prefeitura e produtores locais, com convergência de pesquisas direcionadas ao agronegócio; fomento a parcerias entre instituições públicas de pesquisa agropecuária e agências privadas e desenvolvimento de um circuito cultural e gastronômico também foram propostas apresentadas pelo partido.

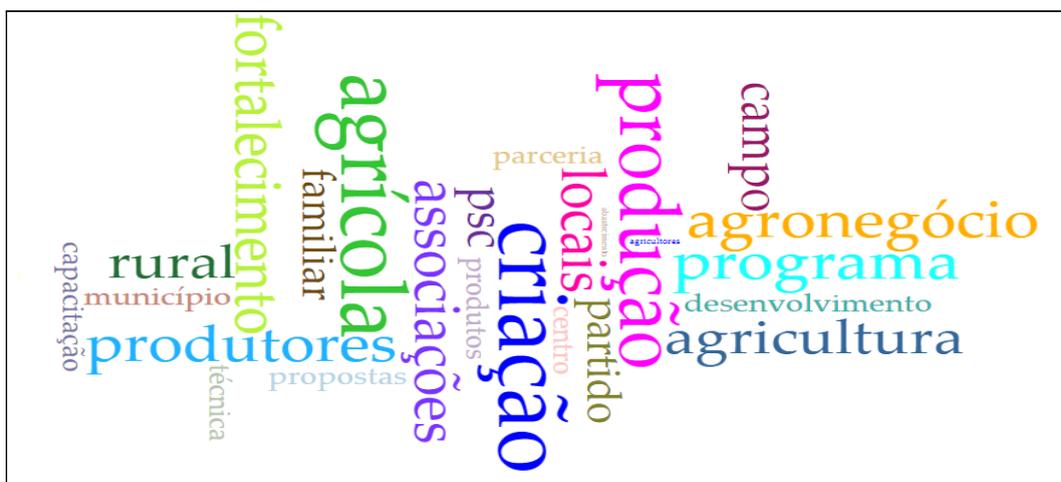
Além disso, o PSC apontou a criação de um ambiente para o ensino técnico agrícola, nas áreas de produção e comercialização, para os filhos dos produtores rurais; criação de agrovilas produtivas economicamente autônoma com base em trabalho agrícola e agroindustrial, caracterizada por uma organização igualitária e democrática, obtida pela propriedade coletiva dos meios de produção e da administração, e dos polos industriais especializados, como, por exemplo, a do beneficiamento do couro animal; criação de programa para o fortalecimento da agricultura familiar visando promovê-las em unidades produtivas economicamente autônomas com base em trabalho agrícola e agroindustrial, caracterizada por uma organização familiar profissionalizada, buscando prepará-las para a inserção no modelo de agrovilas; criação de polo logístico para distribuição, desembarque, armazenamento e embarque de cargas de produtos agrícolas e industrializados.

O PSC abordou a capacitação para qualificar profissionais da educação, intérpretes de Língua Brasileira de Sinais, Guia-intérprete e outros que atuam no apoio às atividades de alimentação, higiene e locomoção; criação do projeto “Alimento Agora”, com identificação de famílias carentes de baixa renda, para dar suporte através de cestas básicas e alimentos adquiridos de agricultores locais. O partido também citou o fortalecimento e estímulo à expansão das feiras livres; à criação de cooperativas; às associações municipais; às parcerias público-privadas (PPP); à instalação de frigoríficos de pequeno porte, para gado, aves e peixes; o programa de extensão rural (assistência técnica, trabalho de campo em parceria com a EMATER e a secretaria de agricultura e abastecimento, fortalecendo a agricultura; o fortalecimento da produção agrícola orgânica na agricultura familiar; e divulgação e fortalecimento a importância do homem do campo, com o objetivo de resgatar na juventude o orgulho de ser rural, criando políticas de incentivo aos jovens agricultores e pecuaristas, todos que fazem parte do agronegócio.

Outras propostas foram dar suporte ao pecuarista, para enfrentar o período de estiagem, criando alternativas para alimentação do rebanho; promover e fortalecer a parceria entre a SEMAGRIC e a EMATER, para que juntos, possam conseguir recursos e todo o apoio necessário para o desenvolvimento rural; criar um elo de comunicação entre a gestão municipal e os presidentes de associações. Assim como outros partidos, o partido propôs o uso de produtos orgânicos na merenda escolar e em outros programas de abastecimento, buscando os fornecedores regionais mais próximos e também a criação de um projeto com aquisição de maquinários, para serviços na zona rural do município, reerguendo as estradas e melhorando o escoamento dos produtos, sempre em parceria com associações, representantes do agronegócio e moradores locais; apoio às iniciativas de economia solidária; facilitação e acesso ao microcrédito, para ampliar a produção local e garantir alimento com preço mais baixo; e compra institucional direta dos produtores ou incentivando a comercialização nos locais onde o consumidor esteja.

Por meio da análise sobre as propostas do partido foi possível perceber o predomínio temático sobre infraestrutura destinada à produção agrícola, como aquisição de maquinário, manutenção de estradas, polo logístico para distribuição, desembarque, armazenamento e embarque de cargas de produtos agrícolas e industrializados.

Figura 8- Nuvem de palavras das propostas de governo do PSC



Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do TSE (2020) com a ferramenta Voyant Tools.

O Partido Republicano da Ordem Social (PROS), o Partido Liberal (PL) e o Partido Progressista (PP) obtiveram média de 8 propostas/candidatos. Dentre o escopo das propostas do PROS estão garantir o fornecimento de merenda com qualidade e cardápio elaborado por nutricionistas; municipalizar e reabrir todos os restaurantes populares localizados na cidade do Rio de Janeiro; reabrir o programa de café da manhã nas estações de trem com maior movimento na cidade; criar um centro de processamento de alimentos que reaproveita os bons para o consumo, a base de destes será lavada, descascada, acondicionada e embalada; reestruturar as unidades de acolhimento da cidade, garantindo segurança, higiene e alimentação de qualidade; oferecer microcrédito produtivo orientado para fomentar o exercício de atividades econômicas.

O Partido também sugere ampliar o programa Hortas Cariocas no Rio de Janeiro, que atualmente conta, segundo a prefeitura, com “40 unidades produtivas, sendo 17 unidades em comunidades de baixa renda e 23 em equipamentos da Secretaria Municipal de Educação”; ampliar os programas de segurança alimentar para combater a fome; ampliar em 100% (cem por cento) a aquisição de alimentos, por meio do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos para Educação (PNAE) e do Plano de Aquisição de Alimentos (PAA); estruturar todas as feiras de rua; adquirir patrulhas agrícolas e implementos para todas as comunidades rurais (Cuiabá); constituição de uma equipe de assistência técnica e extensão rural no município, com assistentes sociais, agrônomos e veterinários, com infraestrutura de locomoção para atender às comunidades rurais; incentivar a produção de orgânicos e agroecológicos nas comunidades rurais; estruturar cooperativas e associações com caminhões, para o transporte de seus produtos.

É indicado pelo partido a implementação de programas de irrigação e abastecimento de água nas comunidades rurais; construção de Banco de Alimentos, para processar e reaproveitar alimentos, destinando-os às entidades sociais e à rede assistencial da prefeitura; conclusão da obra de reforma do Mercado do Porto de Cuiabá e construção de um novo mercado municipal na Regional Norte, Grande Morada da Serra; a capacitação dos pequenos produtores em associativismo e cooperativismo e agroindústria; a criação de fórum que reúna empresários, entidades do agronegócio e poderes públicos estadual e federal na construção de

portadores de necessidades alimentares especiais; promoção da agricultura familiar nas áreas rurais e entorno da cidade; adequação dos mercados públicos e as feiras livres a um novo arranjo econômico, ordenado e sustentável; promoção da gestão descentralizada da alimentação escolar, conferindo maior autonomia na gestão da merenda; desenvolvimento do turismo rural; incentivo à Maricultura; à agroindústria para abastecimento interno e para venda no mercado interno nacional e internacional; desenvolvimento da piscicultura; criação de uma câmara setorial da apicultura que terá como função a interlocução com o setor de forma a oferecer o apoio para a disseminação de boas práticas, além da revisão dos instrumentos legais que promovam a atividade; diálogo com o setor produtivo agropecuário incluindo os representantes da Agricultura Familiar municipal para um conjunto de ações e projetos estratégicos, com o objetivo modernizar a produção agrícola, gerar renda, organizar os sistemas produtivos desde o plantio até a comercialização, capacitar e profissionalizar atuais e futuros agricultores para constituírem uma nova geração de produtores de alimentos.

Em Campo Grande, o partido sugere criar uma Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária para desenvolver e gerir a política agrícola com uma subsecretaria da Agricultura Familiar; priorizar a qualidade e a variedade dos alimentos da merenda escolar; implementar um sistema de gestão e controle de alimentos; estabelecimento de cardápios elaborados por nutricionistas, com a participação dos membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE) e que respeitem os hábitos alimentares da localidade, vocação agrícola e preferência por produtos básicos; priorizar a aquisição de produtos alimentícios de agricultores familiares da região, visando à redução de custos e à celeridade nos processos de compras para o atendimento da merenda escolar; fomentar a criação de feiras verdes livres nos bairros da capital, visando incentivar o consumo e a produção de alimentos orgânicos produzidos pelas famílias de jovens residentes.

Também é recomendado pelo Partido Progressista (PP) o cadastramento de propriedades rurais e desenvolvimento de plano de estradas vicinais de acesso e escoamento da produção; desenvolvimento de polos de produção agrícola alternativa para diversificação da matriz de produção, considerando as necessidades dos produtores de assentamentos e a demanda regional; construções de Silos ou

Armazéns para apoio à produção rural do município; implantação do Sacolão Comunitário; criação do Ceasa Municipal; criação da Bolsa de Mercadorias de Campo Grande que servirá ao apoio da comercialização da produção agropecuária; implementação da Feira de Orgânicos e produtos naturais; criação do Mercado Municipal da Agricultura Familiar; apoio ao processo de certificação de produtores de orgânicos por meio da Organização de Controle Social (OCS).

Nos planos de governo dos candidatos do partido também há propostas de orientação e assistência técnica aos novos agricultores para a agricultura orgânica de qualidade; implementação do processo de comercialização da produção orgânica, com inserção no PNAE, PAA e nas feiras municipais de produtos orgânicos; implementação da divulgação do consumo de produtos orgânicos por meio de campanhas e palestras educativas; projetos de diversificação dos sistemas de produção da agricultura familiar do município, como a piscicultura, com acompanhamento técnico, entreposto de pescado para embalagem, inspeção e comercialização do pescado oriundo da agricultura familiar; capacitação de agricultores familiares na produção e comercialização de pescados; apoio às organizações sociais (associações e cooperativas) da agricultura do município nos processos de constituição e gestão; incentivo a participação das organizações na gestão compartilhada de políticas públicas; estruturação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM); fomento às hortas comunitárias e agricultura orgânica e agricultura natural nas áreas públicas; garantia de acesso de jovens agricultores e agricultoras pertencentes a famílias enquadradas no Pronaf à linha de crédito de investimento para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras;

O partido também propôs incluir o pescado na merenda escolar municipal; implantar disciplina (optativa) de técnicas e cultura agrícola capacitando os filhos dos produtores rurais a ter conhecimento básico sobre agricultura; renovar e ampliar a Patrulha Agrícola Mecanizada; incentivar a fruticultura; apoiar a avicultura e suinocultura de consumo e comercial, tendo como indutor básico a produção de grãos; intensificar a produção de farinha e polvilho no município de Palmas, através da implantação de 5 fábricas de farinha e polvilhos; intensificar a produção de proteína animal, através do programa de melhoramento genético bovino, aumentando a produção de leite através do sistema de inseminação artificial.

O Partido Progressista (PP) inclui em seu escopo de propostas o incentivo ao aumento da produção de galinha caipira, através do acompanhamento técnico e assistência rural; incentivo à criação de peixes para que possa suprir as necessidades do mercado local, através do incentivo com assistência técnica, projetos e subsídios; intensificação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), dando suporte para as equipes irem a campo executar as atividades in loco; intensificar o abastecimento interno ou agricultura familiar, incluindo a agricultura urbana; a promoção da regularização fundiária rural; ampliação da oferta e melhoria da qualidade dos programas de alimentação e nutrição voltados aos que têm maior dificuldade de acesso à alimentação; e a convocação da Conferência Municipal de Segurança Alimentar para atualizar o plano municipal de segurança alimentar e nutricional.

Em relação ao eixo temático predominante entre as propostas do PP, destacou-se a infraestrutura de produção, como evidenciado pelo destaque da palavra “produção” na Figura 10. As propostas fazem referência a ideias voltadas à modernização da mesma, ao acesso à escoamento, desenvolvimento de pólos de produção e de diversificação.

Figura 10- Nuvem de palavras das propostas de governo do PP



Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do TSE (2020) com a ferramenta Voyant Tools.

O Partido Liberal (PL), com média de 8 propostas/candidato, propõe reestruturação de cinturões verde, prioritariamente nas margens dos rios que banham a cidade para que se fomente e organize a produção agroeconômica na região, estimulando a produção de frutas, verduras, legumes e flores típicas; elaboração de um estudo para viabilidade da criação da plataforma logística de carga, com a reestruturação de escoamento de mercadorias; criação de um Porto Seco (estação aduaneira), que poderá ser operacionalizada através de parcerias público privadas em Piauí; viabilização de vias de escoamento da produção oriunda do Cinturão Verde; criação do projeto “Nossa Feirinha” que possibilita a venda direta dos produtos de hortifruti, artesanato dos produtores e gastronômico; criação de selo de produção orgânica do pequeno produtor rural; ampliação das aquisições da agricultura familiar nas compras municipais;

Também estava presente nos planos a reforma e ampliação de feiras e mercados; a instituição do programa Boa Compra, que possibilitará aos mais vulneráveis comprar alimentos no comércio de seus bairros; fortalecimento do atendimento pelo Bolsa Família e pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a política de segurança alimentar no município; o incentivo ao agronegócio, com apoio técnico à produção e à comercialização dos produtos; o incentivo à agricultura familiar; incentivo à produção de alimentos orgânicos; fortalecimento das cooperativas e associações; a criação de linhas de microcrédito; o apoio à comercialização e capacitação; a garantia da continuidade da aquisição, para a merenda escolar, dos produtos dos pequenos produtores da agricultura familiar.

Dentre as propostas do partido também se encontram o apoio à produção e comercialização das comunidades indígenas; promoção de uma maior compra da agricultura familiar por meio do PNAE; promoção do turismo local, valorizando os produtos e os produtores locais; o fomento da formação de grupos de produtores para que seus produtos ou serviços ganhem em qualidade e valorização da marca; a adesão à Jornada de Educação Alimentar e Nutricional implementada pelo Governo Federal para incentivar o debate e a prática de atividades de educação alimentar e nutricional no ambiente escolar visando prevenir a obesidade infantil; e a criação de unidades de restaurante popular nas localidades com maiores índices de vulnerabilidade social, oferecendo alimentação saudável e de baixo custo.

O partido sugere incentivar a participação de entidades locais na Rede de Banco de Alimentos do Governo Federal que visa combater o desperdício de alimentos; estimular a realização de feiras, congressos e convenções na cidade ao longo do ano; buscar parcerias para assistência técnica aos produtores; criar o Programa Mesa Floripa em Florianópolis, com o objetivo de ampliar o desenvolvimento de ações do Banco de Alimentos e das Cozinhas Comunitárias; criar pequenos mercados públicos; ampliar o número de hortas comunitárias com suporte técnico agroecológico e multidisciplinar; apoiar a mão de obra e fornecimento de insumos e equipamentos e criar de um calendário de feiras de produtos orgânicos descentralizadas.

Por meio da análise de frequência de termos nas propostas do PL destacou-se as palavras “produção” e “produtos”, as quais faziam referência ao eixo temático de aquisição de alimentos e comercialização da produção oriundos, principalmente, da agricultura familiar.

Figura 11- Nuvem de palavras das propostas de governo do PL



Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do TSE (2020) com a ferramenta Voyant Tools.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) obteve média de 9 propostas/candidato, nos planos de governo do partido as propostas apresentadas faziam referência à implementação de uma política de segurança alimentar e nutricional em toda a rede pública de ensino, em todos os seus níveis e modalidades, a partir do fomento à agricultura familiar e à agroecologia, levando alimentos saudáveis orgânicos para as

escolas, como forma de combater a obesidade e outras doenças e transtornos relacionadas a má alimentação; criação de um programa municipal para o atendimento das famílias que estejam em risco social, contempladas ou não pela Bolsa Família, devidamente cadastradas no cadastro único, onde os beneficiários possam adquirir alimentos oriundos da agricultura familiar e de acordo com as suas necessidades; priorização da realização de convênios e contratos de prestações de serviços e fornecedores junto às cooperativas de trabalhadores e outras formas associativas correlatas, tal qual o Movimento dos Sem Terra (MST).

Os termos “agricultura” e “familiar” destacados na Nuvem de palavras das propostas do PCB (Figura 12), demonstram que o partido teve como eixo predominante de suas propostas a agricultura familiar.

Figura 12- Nuvem de palavras das propostas de governo do PCB



Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do TSE (2020) com a ferramenta Voyant Tools.

O Democratas (DEM) também obteve média igual a 9 e apresentou propostas como a implantação de um restaurante popular, para oferecer alimentação de qualidade e baixo custo; ampliar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM); ampliação de hortas urbanas; apoio e desenvolvimento da maricultura e da pesca artesanal; defesa das regularizações dos ranchos de pesca e de maricultura; intercessão pela desburocratização na legalização das pequenas agroindústrias no município; reivindicação da introdução de pescados e hortaliças orgânicas produzidas

localmente na merenda escolar do município; estímulo às políticas públicas de comercialização de produtos agrícolas locais em feiras livres;

O partido recomenda a ampliação de políticas públicas e aprimoramento continuado da qualidade dos serviços básicos prestados pela Prefeitura a quem mais precisa, com vistas à inclusão e a garantia dos direitos dos cidadãos e ao atendimento das suas necessidades em áreas-chave como a Segurança Alimentar e Nutricional; incrementar a agricultura urbana; a instalação de novas Fazendas Urbanas; ampliar as hortas urbanas (comunitárias e escolares); a implantação de gestão sustentável dos resíduos orgânicos gerados em todas as feiras e mercados públicos, integrando estes a projetos de Segurança Alimentar e Nutricional (sociais e agricultura urbana); fomento de projetos de verticalização da produção urbana, agregação de valor, geração de renda em iniciativas comunitárias; a implantação de circuito municipal de feiras da agricultura urbana; a implantação de pomares, agroflorestas e jardins de mel; aumentar a participação de produtos da agricultura familiar em equipamentos e compras públicas (sacolões, feiras, mercados, merenda escolar, Armazém da Família);

O partido também propôs a ampliação do Projeto Mesa Solidária através do fomento a cozinhas comunitárias; a implantação do armazém da Família em Casa, com atendimento delivery; a criação da plataforma virtual do Banco de Alimentos; a ampliação da rede de sacolões da família; e a criação de uma incubadora de iniciativas criativas sociais de projetos alimentares e a ocupação com iniciativas alimentares de espaços sob estruturas viárias (viadutos).

Dentre as ideias do partido também se incluem o desenvolvimento de um aplicativo com dicas de Vida Saudável - prevenção à saúde - cuidados preventivos, benefícios dos alimentos e receitas saudáveis, entre outros; o desenvolvimento de aplicativo com relação dos equipamentos / locais, informações gerais, história, dias e horários de funcionamento, entre outras, dos mercados municipais, feiras livres, dicas / ofertas; recuperação e manutenção de vias e ramais das zonas rurais com produção agrícola; o fortalecimento do programa de incentivo à piscicultura e expansão do Programa Peixe Vivo; implementação do programa Camarão Vivo e o projeto "Camarão em Cativeiro"; a promoção da regularização fundiária em áreas devolutas rurais, por meio da legitimação de posse para agricultores familiares,

contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar e a criação de uma política de incentivo à produção na zona rural em São Luís, incentivando produtos orgânicos, de maior valor agregado, que estão próximos do mercado consumidor.

É abordado a criação de condomínios rurais no entorno de João Pessoa, no cinturão verde para suprir a cadeia alimentar dos mercados das 5 microrregiões locais; a implementação de um programa de desenvolvimento da economia solidária integrando a agricultura, a pesca, o turismo, o artesanato, a cultura, o comércio e os serviços locais na geração de emprego e renda; a ampliação das compras governamentais das empresas e dos agronegócios locais visando estimular a economia e a geração de emprego e renda. É possível perceber que o partido apresenta algumas contradições, como, às vezes a agricultura familiar aparece como o principal foco das compras públicas e em outras é o agronegócio.

Além disso, o partido também propôs ações como possibilitar ao aluno o acesso à refeição diária antes do início das aulas para que eles possam sair direto do trabalho para escola; auxílio alimentação (cesta básica com possibilidade de parcerias com empresas e fábricas); o Projeto Mudando de vida: que inclui a prevenção da obesidade com acompanhamento nutricional desde a infância à idade adulta; a promoção da segurança alimentar e nutricional a pessoas que vivem em situação de rua; a criação de selo de origem de produtos; agregação de valor aos sistemas de produção, através da inovação, de bens e serviços; a realização de cursos profissionalizantes nas áreas de comércio, agricultura, serviço e indústria através dos convênios como o Sistema S; a criação de escola técnica de agricultura urbana (indoor e outdoor) para capacitação de jovens na criação de um novo mercado de trabalho com o reaproveitamento de espaços ociosos da cidade.

Abordou-se nos plano do partido na Paraíba o Projeto Fome, fundamentado na Lei Municipal 9.680, de 28 de dezembro de 2001, que autoriza o poder executivo municipal a conceder ajuda a pessoas carentes e outras providências, e na Lei Orgânica de Assistência Social nº 8.742 de 1993, Art. 4º, que garante o atendimento das necessidades básicas, traduzidas em proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, e o Art. 22º dessa mesma lei que estabelece diretrizes sobre a concessão de benefícios eventuais.

O partido deu destaque, principalmente, ao eixo temático relacionado à agricultura familiar e, como demonstrado a seguir pela Figura 13, “agricultura” foi o termo mais frequente nas proposições do DEM.

Figura 13- Nuvem de palavras das propostas de governo do DEM



Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do TSE (2020) com a ferramenta Voyant Tools.

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com média igual a 10, sugeriu reestruturar e ampliar os programas de abastecimento e de segurança alimentar; fortalecer e estimular a expansão das feiras livres; estimular o uso de produtos orgânicos na merenda escolar e em outros programas de abastecimento, buscando os fornecedores regionais; constituir equipes com capacitação técnica para apoiar o pequeno produtor; fomentar a implementação de feiras orgânicas, mobilizando produtores, realizando pesquisas de demandas e viabilizando espaços; criar mais restaurantes populares, a serem instalados nas regiões com maior demanda da população em situação de vulnerabilidade; implementar o Sacolão itinerante; recuperar a função social dos Sacolões; estimular a criação de hortas nas escolas municipais; implantar cozinhas comunitárias nos mercados e sacolões e desenvolver aplicativo para informar a população sobre os pontos de comercialização da agricultura familiar.

O escopo de propostas do partido inclui incubar e assessorar grupos e empreendimentos coletivos ligados à agricultura familiar e orgânica (priorizando cooperativas e comunidades tradicionais), incluindo grupos nas estratégias de

comercialização da economia solidária; incentivar à criação de observatório de segurança alimentar e nutricional no abastecimento; incentivar as feiras livres, de alimentos que acontecem no município, divulgando suas datas, horas e locais.

Recomendou-se a reativação das patrulhas mecanizadas para atender aos pequenos produtores do entorno em Campo Grande; a estruturação de equipes técnicas para estimular e dar suporte na produção de culturas com maior valor agregado; a criação de estímulos e incentivos para a ampliação da piscicultura, com tanques elevados, feitos de PVC, que apresentam maior sanidade, rendimento e qualidade na produção; apoio e promoção da ovinocultura, para inclusão das famílias de pequenos produtores na criação de ovelhas, produto com demanda no mercado e alto valor agregado; o investimento e fortalecimento das hortas comunitárias nos bairros e associação de moradores; implementação de estratégias de promoção da saúde e prevenção de doenças, tais como alimentação saudável; garantia de segurança alimentar para os mais vulneráveis e a instituição de um banco de doações e alimentos para suprir as entidades filantrópicas.

A ampliação, melhoria e modernização de banco de alimentos também foi proposto, assim como o estabelecimento de Arranjos Produtivos Locais (APL) de acordo com a vocação de cada região, incluindo o agronegócio e a articulação e fortalecimento do Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE). Há também nos planos do partido a sugestão de transformação de Goiânia no principal cluster do agronegócio brasileiro; o incentivo à realização de grandes feiras de tecnologia agropecuária e ao fortalecimento da identidade de capital do agronegócio brasileiro e a estruturação de um programa de divulgação das oportunidades de negócios da Cidade de Goiânia para atrair empreendedores internacionais para o setor de serviços avançados relacionados ao agronegócio (marketing, inovação, logística, serviços financeiros e assistência técnica).

Também fazem parte das propostas colocadas pelo partido a garantia de nutricionistas para oferta de merenda com qualidade visando a segurança alimentar das crianças atendidas pela rede municipal de educação; a implementação do programa cesta nutricional às gestantes em situação de extrema pobreza que realizarem o pré-natal nas unidades de saúde do município e manterem seu cartão da vacina e o da criança atualizado, suprimindo as necessidades básicas de

segurança alimentar da mãe e do bebê, da gestação até o período de 06 (seis) meses após o nascimento; a promoção, o treinamento e a capacitação das Equipes de Saúde da Família para o desenvolvimento de atividades específicas na área de alimentação e nutrição e a implementação das campanhas e ações de promoção para abastecimento de Bancos de Leite materno, aleitamento materno e alimentação complementar saudável para crianças menores de dois anos. Interessante notar o recorte dado às questões alimentares ligadas à maternidade em propostas apresentadas.

Abordou-se a proposta de transformação do Ceasa na organização central de abastecimento e atendimento ao produtor, criando um espaço permanente de apoio ao setor agropecuário em Rio Branco (Acre); a instalação de balcões de atendimento permanente, com corpo técnico capacitado para oferecer serviços, como emissão de guias e outros documentos relacionados à propriedade e ao produtor, além de orientações e apoio para acesso a crédito bancário convencional e ao microcrédito produtivo a ser oferecido pela prefeitura; a implantação de espaços para reuniões, palestras, capacitações dos produtores rurais e rodadas de negócios, além de um auditório para a realização de eventos para o desenvolvimento do agronegócio e da agricultura familiar; e a disponibilização e gerenciamento de uma plataforma digital gratuita para a comercialização de produtos, conectando produtores e consumidores (varejistas e atacadistas), inclusive com sistema delivery, com catálogo de compradores, fornecedores e o detalhamento de seus respectivos produtos (especificações, quantidade e preços), facilitando a logística e, assim, reduzindo os riscos de perdas pós-colheita para o produtor.

Mencionou-se a modernização e revitalização dos mercados municipais, com permanentes investimentos na manutenção e em reformas que garantam as condições adequadas aos feirantes e aos visitantes, criando mais alternativas para a comercialização de produtos da cultura e culinária regional; a implantação de novas feiras permanentes, descentralizando a oferta e a comercialização de produtos agrícolas, especialmente hortifrutigranjeiros, em todas as regionais administrativas de Rio Branco; e o fortalecimento dos programas de feiras solidárias (culinária, artesanatos, floricultura, confecções e outras atividades da economia, criativas e

inovadoras), estimulando o surgimento natural de ambientes saudáveis e propícios para pequenos negócios.

Outras propostas focaram no desenvolvimento de uma plataforma digital gratuita para a realização de “feiras virtuais”, criando um cadastro dos feirantes e seus respectivos produtos, que poderão ser comercializados, também, no sistema de delivery; realização de micro zoneamento de áreas estratégicas para a produção, especialmente de hortifrutigranjeiro, com foco para as áreas do cinturão verde; garantia de assistência técnica e investimentos em mecanização, melhoria de ramais, logística de escoamento e comercialização da produção, especialmente dos polos agroflorestais e unidades produtivas do cinturão verde e aquisição de produtos da agricultura familiar para serem utilizados na merenda escolar, abrigos e unidades similares, garantindo renda para pequenos produtores da agricultura familiar.

Em relação ao agronegócio se propôs capacitar pequenos agronegócios e disponibilizar assistência técnica; fomentar a inserção de tecnologia e inovação aos processos produtivos; fomentar a agroindustrialização; fomentar a organização dos produtores para a comercialização; incentivar o consórcio lavoura-pecuária-floresta; desenvolver o agronegócio, a feira agropecuária, inserindo-a no roteiro de shows e negócios ligados ao campo.

Outras ideias incluem criar o programa especial de apoio à produção de frutas nativas, com sistema de irrigação e certificação de origem; implantar programas para produção orgânica: “Pró-Orgânico” - Incentivo à produção de alimentos orgânicos, em pequena e média escala, em áreas do cinturão verde da capital; incentivar a produção de hortas urbanas em espaços públicos destinados à produção comunitária de alimentos e plantas medicinais e a construção de Centro de Armazenamento e Comercialização de Alimentos em Porto Velho, integrado com unidades de armazenamento e 23 entrepostos de produtos da agricultura e pecuária do município, por meio de parceria com o governo do estado e parceria público privada.

Nos planos também consta a viabilização das unidades fluviais de transporte de mercadorias, favorecendo as comunidades ribeirinhas; incentivo às atividades de extração vegetal e silvicultura do município de Porto Velho (Rondônia) – castanha, madeira, açáí, corantes, sementes e mudas de essências florestais e outros; a

criação de marcas e selos, por meio da inserção de tecnologia, comunicação e inovação; o mapeamento de produtores e produtos, para apoiar a inserção em mercados; a construção de ambientes especializados e cooperativos de inovação (incubadoras, parque tecnológico e condomínios empresariais); o apoio a realização de Feira Agropecuária em Porto Velho; a atração de investimentos privados e novas empresas para processamento e industrialização dos produtos das cadeias produtivas do município; a ampliação do microcrédito para pequenos empreendedores urbanos e rurais (MEs e EPPs), pelo Banco do Povo, em parceria com governo do estado (Rondônia) e a ampliação do Plano Municipal de Desenvolvimento do Agronegócio.

O eixo temático predominante nos planos do MDB foi a aquisição e comercialização da produção, porém também se destacam políticas voltadas para o agronegócio. É possível perceber a recorrente menção dos termos “produtos”, “produção” e “comercialização”, bem como “agronegócio” na nuvem de palavras sobre as propostas do partido.

Figura 14- Nuvem de palavras das propostas de governo do MDB



Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do TSE (2020) com a ferramenta Voyant Tools.

As propostas do Partido Socialista Brasileiro (PSB), o qual obteve média igual a 10, inclui ideias como a reabertura de restaurante popular e o projeto Hortas Urbanas com status de política pública, orçamento próprio, indicadores de processo

e resultado, assegurando articulação efetiva com as secretarias afins e intersetorialmente visando a implementação do projeto; o fortalecimento do programa de compras para a alimentação escolar como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar, o PNAE; o debate com a sociedade sobre a definição de um novo local para o funcionamento do parque agropecuário; o incentivo à iniciativas de agroecologia urbana, aproveitando-se de terrenos vazios; o fortalecimento dos equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional como Banco de Alimentos e Restaurante Popular e garantia do funcionamento da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e a elaboração do Plano de Arborização Municipal, integrado com ações de produção e segurança alimentar, na região Norte, com ênfase no plantio de árvores amazônicas e frutíferas em locais apropriados.

Também foram citados pelo partido o fortalecimento do programa de formação em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nas cadeias produtivas prioritárias; o apoio ao programa municipal de aquisição de alimentos da agricultura familiar, com foco da erradicação da fome; a ampliação e qualificação de espaços públicos de comercialização de produtos e serviços da agricultura familiar, resultando na modernização dos mercados, das feiras livres de bairro e da Ceasa; a melhoria da infraestrutura viária de escoamento de produção, além de apoio dos produtores com transporte para feiras livres, CEASA e mercados municipais; a ampliação do termo de cooperação técnica com instituições de pesquisa para incorporar mais tecnologia e inovação ao meio rural; a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, visando ampliar a participação e controle social em políticas públicas; o incentivo ao cooperativismo e associativismo, por meio parcerias, visando melhoria na produção, beneficiamento e comercialização;

Encontram-se nos planos do partido sugestões como a recuperação e inclusão de novas áreas no processo produtivo familiar com ênfase numa ampla estratégia de mecanização, adubação e calagem com manejo de solos adequados para a região amazônica; a implantação do Programa de Valorização dos Recursos Naturais, visando facilitar acesso a incentivos econômicos e valorizar o ativo florestal das pequenas propriedades e Unidades de Conservação, por meio de ações que reconheçam os serviços ambientais dos sistemas produtivos sustentáveis, criando a

possibilidade de remuneração a partir dos serviços globais prestados; o apoio ao pequeno produtor, promovendo a capacitação para produção e comercialização, acesso ao microcrédito, por meio da articulação entre produtores e instituições, e incentivo às agroindústrias, visando agregar valor à produção, modernizando e qualificando os produtos.

Sugere-se a construção de um abatedouro municipal, com espaço adequado para o abate de bovinos, visando atender a pequena produção da pecuária de corte, melhorando as condições de processamento e comercialização no mercado local; implantação do Programa Turismo Rural Sustentável, para dar visibilidade à forma de vida das comunidades rurais, oportunizando ao turista o conhecimento que os agricultores e extrativistas possuem na conservação e preservação ambiental, como também nos seus sistemas produtivos, além de sua cultura e religiosidade.

Propõe-se estimular a participação de pais e responsáveis em grupos de aplicativos específicos que tratam do desempenho escolar das crianças e avaliar as condições de oferta da alimentação escolar servida nas escolas; a transferência de renda para famílias pobres e em extrema pobreza com garantia de Segurança Alimentar e Nutricional; o resgate as práticas de quintais produtivos, com a criação de pequenos animais, canteiros com hortaliças e plantas frutíferas e o apoio à agricultura familiar, com a compra de produtos e doação para as entidades que atendem pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

É colocado como ideia a oferta de cestas nutricionais para atender mulheres gestantes em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar e nutricional durante o pré natal; a implantação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) que permite comprar pescado e outros produtos de origem animal; revitalização das feiras livres do município e distritos; a promoção dos canais alternativos de comercialização dos produtos da agricultura familiar e da sociobiodiversidade, como a feira do produtor digital, num ambiente de negócios virtuais; a implantação de uma zona especial de negócios, destinada a fomentar a bioeconomia, priorizando a industrialização de produtos da sociobiodiversidade como açaí, pescado e oleaginosas, bem como do agronegócio; a implantação do programa açaí ouro negro para o desenvolvimento da cadeia produtiva do açaí com apoio ao manejo sustentável dos açaizais e incentivo à industrialização; o fomento à certificação; a

capacitação operacional e gerencial; qualificação em boas práticas de fabricação nas amassadeiras, como o branqueamento do açaí e o acesso a crédito e criação do “Mercado do Açaí”.

O partido também propôs o Projeto Quintais Vivos nas Escolas municipais, a partir de um diálogo intergeracional (crianças com a população da terceira idade) sobre plantas medicinais, aromáticas, alimentícias (convencionais e não convencionais - PANCs) e ornamentais nos quintais do entorno da escola; panificação nas escolas, implantação nas unidades escolares de cozinha adaptada à produção de pães e derivados que compõem a alimentação dos estudantes; a realização do festival gastronômico escolar, para despertar a criatividade na produção de alimentos nas unidades de ensino; a implantação do “cinturão verde”; o apoio ao desenvolvimento da piscicultura e a busca junto à EMBRAPA da oferta de cursos para a capacitação continuada em cultivo espécies de peixes nos sistemas de tanque-rede e em viveiros escavados.

São incluídas ideias como a produção de sementes para o cultivo da cesta básica (arroz, milho, feijão) e de lavouras permanentes; o projeto de diversificação da produção animal; o plano de fomento da ATER com crédito especial ou microcrédito para pequenas criações de caprinos, ovinos, suínos, aves caipiras de corte e postura, abelhas e peixes; o projeto associativismo rural com incentivo à formação e o fortalecimento das entidades associativas; a criação da certificação municipal de alimento orgânico, que será concedido pela Prefeitura a todos os agricultores comprometidos com as práticas adotadas no cultivo desse tipo de produto; democratização e potencialização da oferta de alimentação especial; a criação do programa cartão alimentação, como parte de uma política pública de renda social e de segurança alimentar, orientada para o pequeno e médio comércio dos bairros e comunidades, o programa contemplará com adicionais de até 20% do valor repassado às famílias que tiverem pessoas com deficiência e as que forem chefiadas por mulheres.

As palavras-chaves de maior destaque entre as propostas do PSB foram “produção”, “implementação” e “programa”. Analisando o contexto que esses termos apareciam se observou que o eixo temático de criação, replicação ou ampliação de programas foi o mais abundante.

Figura 15- Nuvem de palavras das propostas de governo do PSB



Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do TSE (2020) com a ferramenta Voyant Tools.

O Partido Democrático Trabalhista (PDT) com média igual a 11, apresentou as propostas de revitalização do cinturão verde na cidade de Porto Alegre, destinando parte desta produção para merenda dos estudantes das escolas de tempo integral; a utilização dos espaços urbanos para a criação e desenvolvimento de hortas comunitárias, coletivas e domésticas, priorizando a agroecologia com a produção de alimentos saudáveis e orgânicos; a construção de uma central de abastecimento na zona sul (modelo CEASA), como alternativa de comercialização para os produtores locais, para o acesso aos empreendedores do segmento de serviços (hotéis, restaurantes, hospitais, escolas infantis, bares, etc); o fomento, através de parcerias, convênios e investimentos, a “Rota Caminhos Rurais”, importante elo de ligação entre a zona urbana e rural da cidade de Porto Alegre e a valorização e inclusão de pequenas feiras locais no mapa turístico da cidade.

Também consta nos planos de governo do partido a ampliação da produção de compostagem, húmus e biofertilizantes junto a Unidade de Triagem e Compostagem (UTC) da Lomba do Pinheiro em Porto Alegre; a ampliação dos restaurantes populares descentralizados, expansão do fornecimento de alimentos para pessoas em situação de pobreza; definição de plano e metas graduais para alcançar o objetivo de merenda escolar 100% orgânica; estímulo à alimentação saudável na forma de “refeições-aulas”, para aumentar a consciência alimentar nas escolas com participação das famílias e de toda a comunidade escolar; promoção de

cursos de empreendedorismo, boas práticas de manipulação e sustentabilidade na área da gastronomia; e o fortalecimento de ações de educação alimentar e agricultura urbana em parceria com escolas públicas e privadas.

O partido também sugere a realização de concursos e festivais gastronômicos com apelo à saudabilidade, à sustentabilidade e à valorização cultural; o fortalecimento das pequenas indústrias de comidas regionais em integração com a vocação turística e ambiental da cidade; o apoio à criação da categoria de microempreendedor individual agricultor urbano; a criação de uma rede de resgate de plantas de espécies nativas e em risco de extinção em parceria com universidades, proprietários de áreas de floresta urbana, agricultores urbanos e o setor privado, como orquidários, floricultores, empresas com áreas verdes, escolas, casas de repouso e construtoras; o estudo da ampliação do programa câmbio verde, fazendo a troca de resíduos por verduras e bônus-culturais para eventos promovidos pela prefeitura e a criação de um plano municipal de agroecologia e desenvolvimento de agricultura urbana e fortalecimento das feiras de bairros, gastronômicas e de orgânicos.

Abordou-se também a fiscalização do uso de agrotóxicos no território do município e proposição de alternativas ecologicamente sustentáveis para o controle de ervas daninhas, pragas, insetos e roedores; a instituição de um plano municipal de agroecologia e segurança alimentar que envolva o incentivo e fomento à prática agroecológica e empreendimentos da agricultura familiar, a aquisição de alimentos orgânicos por órgãos públicos municipais, o incentivo à feiras, mercados e restaurantes populares agroecológicos, o estímulo à criação e ampliação de hortas comunitárias priorizando soluções criativas e originais (verticais ou planas) de ocupação de áreas da cidade e a oferta de alimentação às pessoas em situação de rua abrigo.

O partido também apresentou a ideia de transporte público para pequenos agricultores para escoamento de produtos agrícolas; um entreposto como forma de otimizar o transporte de alimentos, pensado junto aos agricultores e produtores rurais, que sirva também de local para armazenar e até mesmo de comercializar os produtos; o desenvolvimento de parcerias com as universidades e movimentos populares para pensar a prática de horta em casa, a fim de promover a reeducação

do resíduo orgânico doméstico, das empresas, pontos comerciais, bares e restaurantes, que será compostado e transformado em insumo as plantas e flores dos parques e para as hortas urbanas; o fortalecimento do trabalho de orientação e prevenção de doenças por meio da educação alimentar, em programas transversais com as escolas municipais, secretaria da cultura e meio ambiente.

O partido também apresentou propostas como o projeto cidade jardim que visa promoção da agricultura urbana em forma extensiva, ordenada e produtiva na cidade como programa de política pública de promoção de saúde, sequestro de carbono e bem estar; a consideração da implantação descentralizada de produção de biogás, advinda dos resíduos orgânicos das hortas e podas dos bairros, a fim de gerar gás que possa ser utilizado em cozinhas comunitárias de atendimento social nos bairros; o fomento às feiras da agricultura orgânica e agricultura familiar; a promoção de educação alimentar nas escolas e comunidades, a fim de lutar contra a obesidade e todos os problemas advindos de uma má nutrição; a remodelação os programas de alimentação solidária já existentes, no sentido de promover a participação ativa de membros de público alvo oferecendo uma remuneração para realizar o processamento e preparo dos alimentos, a fim de que estas iniciativas promovam uma educação alimentar e ao mesmo tempo, deem oportunidades de trabalho a pessoas em situação de rua ou vulnerabilidade social.

Abordou-se a garantia de merenda de qualidade, promovendo a transição para refeições à base de alimentos não processados e alimentos orgânicos, adquiridos de produtores agrícolas familiares, além do uso do leite integral, substituindo o composto lácteo achocolatado e cafeinado. Também são citados o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o planejamento da merenda escolar atrelado à cultura, qualidade e produção local.

Também está nos planos do partido ampliar a realização de feiras e melhorar a estrutura logística para a distribuição de alimentos produzidos seguindo práticas agroecológicas. Há também a apresentação de propostas como a ideia da prefeitura atuar na assistência para regularização fundiária (INCRA, Cadastro Ambiental Rural), estimular a certificação orgânica dessas produções e facilitar o acesso ao crédito para produtores rurais; criação de programa de pagamentos por serviços

ambientais como forma de incentivar a produção agroecológica e ao mesmo tempo fortalecer a preservação do meio ambiente

Os(as) candidatos(as) do partido também apresentam propostas como o estabelecimento de parcerias para assessorias técnicas voltadas para cada setor de produção (grandes produtores, agricultura familiar, orgânicos e indígenas); a capacitação técnica e de empreendedorismo via parcerias interagências (EMBRAPA, SEBRAE, Sistemas S, dentre outros); o fomento de auto-organização de produtores rurais em grupos: associações, cooperativas, coletivos, fóruns, etc; o assessoramento técnico e tecnológico em dimensões variadas, desde o licenciamento ambiental, georreferenciamento, recursos hídricos, entre outros, a serem levantados por demandas setoriais; a educação financeira, jurídica e técnica para acesso facilitado ao crédito rural; as melhorias na infraestrutura de escoamento, beneficiamento, armazenamento e comercialização da produção rural; o estabelecimento de uma política de abastecimento local de hortifrutigranjeiros, com a implantação do mercado municipal do produtor rural e do CEASA Municipal; o apoio ao desenvolvimento sustentável de aquicultura, suinocultura, avicultura e produção leiteira e de laticínios; e, o(a) candidato(a) à prefeito(a) de Boa Vista em Roraima, também propôs o fomento ao plantio em áreas indígenas, reposicionando o beneficiamento da pimenta, a produção de farinha e do tucupi preto como produtos de origem certificada. A criação de rede de feirantes e calendário de feiras livres em todas as regiões da cidade; a instalação de unidade de beneficiamento de mel, de aviário-escola em parceria com a Embrapa; a busca e reforço de parcerias com escolas agrotécnicas e universidades.

Outras propostas apresentadas foram em relação ao fundo municipal de combate à fome e à pobreza e erradicação da miséria e constituíram na ampliação e na capitalização do fundo, melhorando a participação da sociedade civil, a transparência, e conjugação e a aplicação da Lei Federal nº 14.016, de 23 de junho de 2020, que dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e doação de excedentes de alimentos para o consumo humano. Também é citado a garantia de sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementação de práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças

climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhoram progressivamente a qualidade da terra e do sol.

O partido teve como eixo predominante de suas propostas a promoção de produção agroecológica, por meio da implementação de práticas agrícolas resilientes que aumentem a produção, assim como a garantia de sistemas alimentares sustentáveis.

Figura 17- Nuvem de palavras das propostas de governo do Rede



Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do TSE (2020) com a ferramenta Voyant Tools.

O Partido AVANTE, teve média de 12 propostas, as quais versaram sobre a promoção de educação alimentar dos alunos, incorporando alimentos saudáveis, naturais, frescos e orgânicos (hortaliças, leite, ovos, etc.), evitando produtos industrializados; o apoio e incentivo aos produtores locais, intensificação dos programas de hortas escolares e comunitárias e a utilização de produtos orgânicos na merenda escolar; a implantação de sistema de gestão e acompanhamento escolar com caráter informativo e consultivo, disponibilizando dados de alimentação diária do aluno antes do início da aula e a criação de um cartão social alimentar, para alunos comprovadamente em vulnerabilidade social, que estejam devidamente cadastrados no Cadastro Único e Bolsa Família, além de outros critérios para propiciar a diminuição da evasão escolar.

O partido também abordou a implantação, nas modalidades fixo e itinerante,

em todos os bairros, dos programas armazéns da família; mercadão da família, sacolão da família, direto da roça, da feira das cooperativas, feira do litoral, feira gastronômica, feira livre, feira noturna, feira orgânica e nossa feira; também se sugeriu reestruturar e dinamizar as feiras livres, feiras orgânicas e agroecológicas no centro e nos bairros; implementar aplicativo para celulares (app) com informações georreferenciadas indicando a localização da feira e do usuário em tempo real e integrar as feiras, às rotas turísticas da cidade.

Há ainda propostas como o aperfeiçoamento do programa de Restaurante Popular e implementação deste em todas as regiões; a regulamentação dos estabelecimentos rurais; estímulo e fortalecimento à parceria com entidades como Embrapa, SENAR, dentre outras, objetivando a capacitação e qualificação dos produtores; a criação de programas de compra local da agricultura familiar, com prioridade para produtos orgânicos, incentivando os consumidores com benefícios tributários; a melhoria da qualidade das vias de acesso às áreas de produção, facilitando o escoamento e a mobilidade; a criação de parceria para a legalização fundiária das pequenas propriedades rurais junto ao INCRA; adquirir tratores para fortalecer a agricultura familiar; a terceirização do serviço de patrulhas mecanizadas para atendimento ao agricultor; a criação de conselho municipal de agricultura; a implantação de agroindústrias e adoção de uma política de linha de crédito aos agricultores da agricultura familiar.

Por fim, também se propôs o fortalecimento do associativismo e cooperativismo rural; o apoio à programas de incentivos em agricultura (sementes de adubação, distribuição de calcário, programa de reflorestamento, piscicultura, fruticultura, inseminação artificial); o estabelecimento de parceria entre os três entes federados para o fomento, melhoria e incentivo de todo o rebanho visando maior produtividade com sustentabilidade; o estabelecimento do zoneamento agroecológico e econômico da zona rural; a integração das ações de assistência social, infraestrutura, segurança, saúde, educação e segurança alimentar, sobretudo nas áreas de maior vulnerabilidade social; o fortalecimento de cozinhas sociais; o incentivo matrizes selecionadas na avicultura para aumentar a produção de ovos e galinha caipira nas famílias e pequenos produtores; o incentivo à produção de peixe em cativeiro (piscicultura); o fortalecimento de parcerias de apoio técnico com

Universidades e Institutos de Pesquisa da pesca e da piscicultura para fins de aumento da produtividade nos criatórios e incentivo de projetos de beneficiamento e industrialização dos pescados.

O termo mais recorrente entre as propostas do partido foi “feira” (Figura 17). Por meio do contexto foi possível notar que o eixo que mais se destacou nas propostas do partido foi a aquisição e comercialização, com ênfase na realização e fortalecimento das feiras.

Figura 18- Nuvem de palavras das propostas de governo do Avante



Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do TSE (2020) com a ferramenta Voyant Tools.

7. AS IDEIAS DOS DOIS PARTIDOS COM MAIOR NÚMERO DE PROPOSTAS SOBRE QUESTÕES ALIMENTARES (PT E PSOL)

Como mencionado anteriormente, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Partido dos Trabalhadores (PT) foram os que mais contribuíram com propostas relacionadas às questões alimentares, alcançando o maior número absoluto de propostas e de médias que foram, respectivamente, 12 e 16. Nesta seção serão apresentadas as ideias contidas nos planos de governo dos partidos.

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) apresentou propostas como produção de hortas urbanas, jardins alimentares e cinturões agroecológicos (p. ex. Sistemas Agroflorestais, agricultura Sintrópica ou Biodinâmica, Permacultura e Agroecologia), aplicando compostagem natural, ampliando a política de segurança alimentar e nutricional, evitando grandes deslocamentos no fornecimento de alimentos e fomentando da gestão por cooperativas de produtores; a inclusão de produtos orgânicos e de base agroecológica na merenda escolar, priorizando os alimentos provenientes da agricultura familiar, assentados e pequenos produtores.

O partido também cita o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a expansão da adesão de diretrizes desse programa; a ampliação e dinamização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) adquirindo alimentos de agricultores familiares para a rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos) e implementação da pedagogia da alternância como proposta pedagógica de ensino e educação para os povos do campo, em articulação com as escolas famílias agrícolas e movimentos sociais do campo.

É sugerido o estímulo à agroecologia no âmbito da produção rural com o objetivo de, em articulação com os produtores, declarar a produção de hortifrutigranjeiros tradicional livre de venenos e pesticidas, com estímulo econômico, ações de extensão rural focadas no desenvolvimento de técnicas de manejo e expansão das feiras-modelo e hortomercados com produtos orgânicos, a fim de regular os preços de alimentos em todos os bairros da cidade e inibir abusos de poder econômico por parte das grandes redes varejistas; o apoio às feiras de orgânicos e agroecológicos e ao turismo rural e ecológico; criação de feiras nas

periferias com valor subsidiado e acessível para as famílias e políticas direcionadas aos produtores rurais que facilitem o licenciamento, transporte e comercialização da produção agrícola do município.

Recomenda-se a adesão ao SISAN; a construção do plano municipal de segurança alimentar, a partir dos critérios já estabelecidos no Sisan; o fortalecimento e implantação de restaurantes populares, articulado à produção dos pequenos produtores agroecológicos no município e macrorregião; a criação de Programa Alimentação do Trabalhador (PAT) no âmbito do serviço público municipal, com incentivo à alimentação e à produção agroecológica; no setor de Maricultura, o aprimoramento da prestação de serviços públicos municipais de apoio à atividade; o apoio a atividades econômicas de alto valor agregado, a exemplo da economia criativa, economia do mar, novas indústrias e serviços avançados, e tecnologia da informação e comunicação;

Há nos planos de governo do partido, ideias como a criação de banco de sementes municipal de modo a guardar, catalogação e multiplicação de toda a diversidade de sementes crioulas existentes no município, oferecendo aos agricultores acesso a essa diversidade; a certificação e incentivos fiscais; a criação da rede de agentes comunitários de economia solidária e agricultura urbana, estimulando mobilizadores locais em torno da economia solidária e da agricultura urbana, o fomento a moedas sociais e o mapeamento de potencialidades de processos de Desenvolvimento local; a consolidação da assistência técnica rural; ampliação das políticas de compras públicas; o incentivo dos circuitos curtos de comercialização dos produtos e a oferta de microcrédito aos agricultores familiares e pequenos empreendedores rurais; o fortalecimento das cooperativas e outras formas de associativismo; o investimento na regularização fundiária e garantia da posse para os agricultores e comunidades tradicionais; a atuação na mediação de conflitos de uso da terra, em especial naquelas sob gestão de concessionárias e a reestruturação da secretaria municipal de abastecimento e instituição do projeto Sacolão Popular.

É proposto a destinação de áreas de linhões de energia elétrica para agricultura familiar; fornecimento de mudas e sementes para o plantio urbano; o fortalecimento da transição agroecológica, promovendo assistência técnica às

famílias que tentam tal processo. O partido também aborda a participação social e implementação dos componentes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), bem como a atualização e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, articulando-o com o de Desenvolvimento Rural sustentável e solidário e todos os que tenham interface. Propõe-se o fortalecimento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de desenvolvimento sustentável das áreas agrícolas e rurais da cidade; a criação de um programa municipal de redução do uso de agrotóxicos, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação; o fortalecimento da equipe de nutricionistas em escolas e hospitais para fiscalizar a qualidade dos alimentos e a condição dos trabalhadores responsável pela alimentação;

É incluído nos planos de governo do partido a revisão do plano diretor para incluir as áreas agrícolas e rurais da cidade e isentá-las do pagamento de IPTU; a redução das taxas de abastecimento de água para iniciativas de agricultura urbana e periurbana; a redução das tarifas de energia elétrica para agroindústrias artesanais e comunitárias, bem como para entrepostos de comercialização de pescado localizados na cidade; a articulação junto a outros municípios e o governo estadual mercados institucionais para escoamento da produção local de alimentos adequados e saudáveis; organização e publicação do cadastro de produtores locais de alimentos adequados e saudáveis para empresas e instituições privadas do município e da região metropolitana e incentivos fiscais para as empresas e instituições privadas adquirirem produtos da agricultura familiar local; a criação de incentivos para que os trabalhadores dos serviços públicos municipais comprem alimentos da agricultura familiar (como promoção de feiras nas sedes dos órgãos públicos e entrega de tickets-feira para servidores públicos).

O partido também apresenta ideias como a proteção de ambientes institucionais e públicos da publicidade e oferta ostensiva de alimentos não saudáveis, assim como patrocínio por empresas de alimentos ultraprocessados de eventos promovidos ou apoiados pelo poder público; estabelecimento de altura mínima das prateleiras de exposição de alimentos ultraprocessados em

supermercados para proteger as crianças da oferta ostensiva desses produtos nos pontos de venda; a proteção e apoio ao assentamento de famílias acampadas em território municipal, disponibilizando serviços públicos para condições adequadas de vida e produção; a implementação de um sistema de fiscalização e monitoramento da qualidade dos alimentos oferecidos nas grandes feiras convencionais e nas redes de supermercado do município, de forma a combater a presença produtos químicos em níveis acima dos parâmetros permitidos por lei;

O partido recomenda a promoção da amamentação e a alimentação complementar saudável, o apoio e proteção à família trabalhadora e à estudante que amamenta; a garantia de acompanhamento pedagógico durante os 120 dias de afastamento das estudante em aleitamento materno exclusivo; a implementação e fortalecimento de redes e estruturas de promoção e apoio à amamentação e a alimentação saudável nos primeiros anos de vida; a ampliação de rede de postos de coleta e de Bancos de Leite Humano da cidade; a implantação de salas de apoio à amamentação nas repartições públicas e encorajar a implementação em locais de trabalho da iniciativa privada; a qualificação da rede básica de saúde para a promoção da amamentação e da alimentação saudável nos primeiros anos de vida junto às famílias e comunidades, com base nas diretrizes do Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos e em políticas e programas como a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil e a garantia de oferta variada de alimentos in natura e minimamente processados e a não oferta de alimentos ultraprocessados nas creches e centros de educação infantil.

É abordado a criação de auxílio alimentação para pessoas transexuais e travestis em situação de vulnerabilidade social que estejam matriculados(as) em cursos profissionalizantes; a distribuição de insumos e sementes, tendo como público prioritário as juventudes, as mulheres e as pessoas negras; articulação de novas políticas de demarcação territorial em conjunto com assentamentos rurais, ocupações urbanas, comunidades indígenas e quilombolas e compra dessas comunidades da sua produção agroecológica para alimentação escolar e em equipamentos públicos municipais, além do fortalecimento do debate da política de segurança alimentar e nutricional, em especial da população negra e comunidades tradicionais.

Através da análise da frequência de termos nas propostas do partido, observou-se a menção de “alimentos” referente à qualidade dos mesmos e à aquisição, e a palavra “alimentação” correlacionada ao eixo de promoção à alimentação saudável, o qual foi o eixo temático predominante. Também se destacam a agricultura familiar, a aquisição de alimentos por órgãos públicos municipais, a produção agroecológica e de hortas comunitárias e o fortalecimento de cooperativas e associações e conselhos.

Figura 19- Nuvem de palavras das propostas de governo do PSOL



Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do TSE (2020) com a ferramenta Voyant Tools.

Já o Partido dos Trabalhadores (PT), com média igual a 16, apresentou propostas como a promoção da segurança alimentar e o desenvolvimento da agroecologia, por meio do incentivo à produção de alimentos saudáveis a partir de conhecimentos tradicionais e científicos; a implantação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a compra de alimentos da agricultura familiar, visando o fomento à produção sustentável, à comercialização e consumo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar; implantação do Restaurante Popular para assegurar o direito de acesso a uma refeição saudável; a construção de rede de apoio a cooperativas de agricultura familiar e orgânica e adquirir produtos da agricultura familiar para a merenda escolar e para distribuição às famílias vulneráveis.

Sugere-se nos planos do partido a criação ou fortalecimento dos Banco de Alimentos, estimulando a parceria com o setor privado na captação de alimentos, distribuindo-os para as populações vulneráveis; incentivo à criação de hortas comunitárias, inclusive em terras públicas, com o objetivo de realizar geração de renda no território; a promoção de oficinas de hortas nas escolas e outros equipamentos públicos associadas à formação em temas de nutrição, promoção da saúde e direito à alimentação adequada; o fomento às atividades de educação alimentar e nutricional e promoção de campanhas de combate ao desperdício alimentar e de prevenção à obesidade;

Em relação à governança é proposto estabelecer o programa governança em SAN, por meio do fortalecimento do SISAN; apoiar a comercialização de alimentos produzidos pela agricultura familiar e projetos da Reforma Agrária no município para o abastecimento da população, utilizando como mecanismo as compras institucionais e os pontos de vendas de produtos em mercados municipais e em bairros da periferia (feiras, sacolões, varejões e outros); criar um programa municipal de redução e combate aos agrotóxicos; criar uma lei que regulamente a produção e comércio de alimentos produzidos com o uso de agrotóxicos; priorizar a produção agroecológica e da agricultura familiar nas compras da Prefeitura, em alinhamento às diretrizes presentes na Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA); implementar o SIM, para dar segurança alimentar e abrir o mercado para produtores da agricultura familiar; e proibir a pulverização aérea de agrotóxicos.

O partido sugere fornecer 100% das frutas, verduras e legumes da alimentação escolar com produtos de origem orgânica (em 4 anos); apoiar a criação dos serviços de extensão rural como processo, ou seja, com fundamentação em metodologias construtivistas de assessoramento técnico ao agricultor familiar rural, urbano e periurbano, valorizando a produção de orgânicos e a agroecologia; valorizar os espaços de participação em conselhos; realizar conferências municipais de segurança alimentar e elaborar, com participação popular, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; criar Restaurantes Populares Orgânicos e as Cozinhas Comunitárias Orgânicas e a criar uma política de Memória e História da Alimentação.

Aborda-se o incentivo a criação de um calendário com eventos gastronômicos e da cultura alimentar; o estabelecimento da obrigatoriedade, nos mercados, sacolões e demais equipamentos públicos, onde couber, de expor e/ou comercializar produtos oriundos da produção territorial; a implantação de incubadoras de empresas da economia solidária e criativa voltadas à alimentação saudável e sustentável (em 4 anos); a criação do programa trabalho, educação e renda, que ofertará cursos técnicos de alimentação saudável, dentre outras áreas; a garantia do vale-alimentação dos conselheiros da sociedade civil; a ampliação da coleta dos restos de feiras livres para transformação em adubo a ser utilizado nas hortas comunitárias, agricultura familiar e hortas nas escola, assim como o estabelecimento de programa de gestão de estradas rurais, que insira preocupações ambientais e turísticas na sua formulação e execução e que priorize o atendimento das demandas da agricultura familiar e comunidades tradicionais.

Também se propõe o estabelecimento de programas específicos de gestão de resíduos sólidos no espaço rural, contemplando agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e indígenas, e atendendo às especificidades dos biomas e regiões brasileiras; aplicação do Estatuto da Cidade, estimulando a ocupação produtiva dos vazios urbanos públicos e privados, urbana e peri-urbana, destinando-os a produção agroecológica para um programa de segurança alimentar e para o abastecimento alimentar saudável da capital e o incentivo à realização de estudos e pesquisas voltadas à identificação de novos mercados produtivos e das inovações tecnológicas, tendo em vista o desenvolvimento dos setores do comércio e prestação de serviços, da indústria e da agricultura do município;

O incentivo à agricultura sustentável é proposto por meio de acesso ao crédito e a tecnologias sustentáveis, desde a produção até a comercialização, assim como o estímulo aos princípios agroecológicos, que garantam a manutenção de variedades e cultivos locais, práticas tradicionais de manejo com redução do uso de agrotóxicos. O partido cita propostas com diferentes recortes sociais como público alvo de ações de promoção à garantia de alimentação, existem ações voltadas para população de rua, para população idosa, crianças e também mulheres vítimas de violência. Também se propõe o estímulo ao cooperativismo, o apoio técnico à agricultura familiar e as compras de produtos pelo poder público; o fomento à

implementação de um cinturão verde e o desenvolvimento de uma política de extensão e assistência técnica

Há também ideias como o desenvolvimento, em parceria com agricultores familiares, de experimentos e implantação de tecnologias de geração de energia renovável, como também práticas que aumentem a produção e produtividade agrícola e pecuária; a instituição de um programa municipal de certificação orgânica para os pequenos e médios produtores de lácteos, hortaliças, peixes e frutas; fomento a diversificação da criação de pequenos animais (caprinos, ovinos, suínos, aves caipiras de corte e postura, peixes, etc) com a garantia de crédito, assistência técnica e comercialização da produção, ampliando os espaços e as condições e a reafirmação da política de transição ecológica com a realização de congressos de produção orgânica e agroecologia.

Há também nos planos de governo dos(as) candidatos(as) do partido a promoção e incentivo ao empreendedorismo social da juventude no campo; a garantia da produção de sementes e mudas para os cultivos temporários e permanentes (alimentos) e florestamento; o fortalecimento da Patrulha Mecanizada, ampliando com aquisição de novos equipamentos; o incentivo às ações auto organizadas de mulheres rurais e urbanas; o investimento em infraestrutura e logística necessárias ao escoamento da produção alimentar e o acesso ao mercado consumidor; o estabelecimento de limites à monoculturas em áreas destinadas à produção diversificada de alimentos ou monoculturas predatórias aos recursos naturais e ao meio ambiente; o estabelecimento de pagamento por serviços ambientais a pequenos produtores rurais pela preservação de nascentes ou às famílias extremamente pobres que vivem em áreas de reservas extrativistas ou em áreas de conservação ambiental e que desenvolvem atividades de uso sustentável dos recursos naturais em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, assentamentos ambientalmente diferenciados da Reforma Agrária, territórios ocupados por comunidades tradicionais, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas ou outras áreas rurais e a ampliação e fortalecimento de programas de capacitação para as mulheres do campo.

Além das propostas apresentadas o partido propõe fortalecer as ações de combate à pobreza e à fome, incorporando a perspectiva etnicorracial e de gênero

em todas as ações de assistência social, de segurança alimentar e nutricional, e nos programas de transferência condicionada de renda do Governo Federal, com prioridade às mulheres chefes de família.

Segundo a Figura 20, os termos de maior destaque nas propostas do PT foram “produção”, o qual se referia a maior parte das vezes à produção agroecológica, assim como as palavras "agricultura" e "familiar". O termo “alimentar” também foi recorrente e se correlaciona às ações de garantia de segurança alimentar e educação alimentar. A aquisição de alimentos e comercialização, infraestrutura de produção, programas como o PAA e banco de alimentos também foram bastante abordados pelo partido, entretanto o eixo temático predominante é a agroecologia, seguido pela agricultura familiar.

Figura 20- Nuvem de palavras das propostas de governo do PT



Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do TSE (2020) com a ferramenta Voyant Tools.

8. OS EIXOS TEMÁTICOS PREDOMINANTES NOS PLANOS DE GOVERNO

Os eixos temáticos presentes nas propostas foram, principalmente, agricultura familiar, infraestrutura de produção (máquinas, equipamentos), assistência técnica, organização socioeconômica (cooperativas/associações), alimentação escolar, agronegócio, hortas comunitárias, formas de aquisição e comercialização de alimentos, educação alimentar, promoção da alimentação adequada e saudável; agroecologia e participação popular por meio de conselhos municipais. Segundo a Figura 21, os termos de maior destaque entre as propostas foram “produção”, “agricultura”, “alimentos”, “criação”, “alimentação”, “familiar”, “produtores”, entre outros, conforme a análise do contexto, foi possível notar o predomínio do eixo temático da produção de alimentos, com ênfase na agricultura familiar.

Figura 21- Nuvem de palavras das propostas de governo de todos os partidos



Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do TSE (2020) com a ferramenta Voyant Tools.

A abordagem sobre a agricultura familiar foi recorrente nos planos de governo, acompanhada de propostas de inclusão ou expansão dos produtos da mesma na alimentação escolar; apoio em termos de infraestrutura e maquinário (patrulha agrícola); apoio às agroindústrias; conservação e abertura de estradas; promoção da agricultura orgânica e agroecológica; fortalecimento da assistência técnica e extensão rural; promoção do diálogo e estímulo às cooperativas e

associações; e, promoção de canais e espaços de comercialização (feiras, mercado do agricultor, programa de aquisição de alimentos).

Proposições de estímulo ao agronegócio também foram abordadas, ligadas em sua maioria ao transporte e logística; industrialização; incentivos fiscais; compliance (guia de comportamento das empresas) e desburocratização da administração pública; realização de grandes feiras de tecnologia agropecuária; assistência técnica; fomento à inserção de tecnologia e inovação aos processos produtivos; comercialização; incentivo ao consorciamento lavoura-pecuária-floresta e feira agropecuária, e inserção desta em roteiros de shows e negócios ligados ao campo.

Dentro do escopo de propostas de um mesmo partido foi possível encontrar certas contradições, como por exemplo, nos planos de governo do partido PROS existem propostas de incentivo à produção de orgânicos e agroecológicos e outras de investimento à industrialização de alimentos do agronegócio. Também existem incoerências, como por exemplo, nos planos do partido Democratas em que há a proposta de ampliação de compras públicas à agricultura familiar e a mesma proposta destinada ao agronegócio.

A alimentação escolar foi abordada como forma de promover a alimentação saudável e promover a cultura regional. O cardápio balanceado em nutrientes e priorizando o uso de produtos orgânicos, em parceria com a agricultura familiar foi uma sugestão recorrente entre os partidos. De maneira mais pontual surgiram propostas como a garantia de alimentação escolar para alunos portadores de necessidades alimentares especiais e a promoção de refeições-aulas para promover educação alimentar. Além disso, dado o contexto da pandemia de Covid-19, para assegurar o direito à alimentação, cabe destacar a proposição de kits alimentares para complementação das famílias.

As Hortas Comunitárias são uma sugestão assídua nos planos de governo, sendo apresentadas como ações de educação ambiental/ alimentar, de acesso à renda e modo de garantir a alimentação de pessoas em vulnerabilidade social. O fomento do turismo rural e estruturação de festivais e calendários festivos foi sugerido como forma de manter e fortalecer a agricultura familiar e os produtos locais. Feiras e mercados também foram citados como mecanismos de

comercialização e fortalecimento da cultura local, ressaltando-se as propostas de ampliação de feiras para bairros periféricos e as com enfoque em produtos agroecológicos.

A ampliação, replicação no nível municipal ou criação de programas também foram proposições frequentes, os mais citados foram o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); os Restaurantes Populares; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Cozinhas Comunitárias; Banco de Alimentos; o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA); Programa de Assistência Alimentar e Nutricional (PAAN); programas municipais de Câmbio Verde, de plantio de árvores frutíferas nativas (ex: Açaí); de pagamentos de serviços ambientais; de compostagem e de certificação de orgânicos.

A expansão da educação alimentar e comercialização para o ambiente virtual foram o foco de algumas propostas as quais tratavam sobre a criação de aplicativos para conectar os produtores com os consumidores e também fornecer informações sobre alimentação saudável, dietas e receitas, dados sobre feiras, etc. Em relação à ciência, as universidades e instituições de pesquisas também apareciam nas proposições como importantes aliados das prefeituras na realização de projetos e programas relacionados à alimentação.

Em relação a propostas em torno da participação social, a democratização dos espaços de decisão sobre a alimentação no município com propostas de fortalecimento ou criação de conselhos merecem destaque. Ressaltam-se o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSAN); o Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE); criação de conselho municipal de agricultura, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural; e o fortalecimento do SISAN.

Cabe destacar o contexto atual, no qual o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), que tinha objetivo de sugerir medidas de combate à fome e promover a Segurança Alimentar com participação de governos estaduais, municipais e sociedade civil foi extinto em 01 de janeiro de 2019 por meio da Medida Provisória nº 870/2019, editada pelo presidente da República, Jair Messias

Bolsonaro, o que torna propostas de participação popular mais evidentes e necessárias para promoção do diálogo entre governo e cidadão.

Dentre os planos de governo dos partidos com tratamento expressivo em relação às questões alimentares, o PSOL e o PT destacaram-se pela atenção dada ao recorte etnicorraciais e de gênero nas ideias dos partidos. Encontra-se no escopo de propostas desses partido proposições que dialogam com diferentes grupos, entre eles temos, mulheres rurais e urbanas na produção de alimentos, gestantes, crianças de até 2 anos, população negra, estudantes, trabalhadores, população de rua, transexuais e populações tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, etc).

9. OS(AS) CANDIDATOS(AS) ELEITOS(AS) E A ABORDAGEM DAS QUESTÕES ALIMENTARES (PANORAMA NACIONAL, REGIONAL E PARTIDÁRIO)

Os candidatos(as) eleitos(as) foram classificadas de forma similar aos parâmetros das seções anteriores, portanto, conforme consta na Tabela 6, foram agrupados em: I- aqueles(as) que não citam as questões alimentares, ou seja, não fazem nenhuma referência aos temas sinalizados em suas Propostas de Governo; II- aqueles(as) que apenas citam os temas, mas não apresentam proposições sobre; III- aqueles(as) que abordam pontualmente, fazendo referência de um a seis propostas; III- aquelas que conferem um tratamento mais expressivo às questões alimentares (igual ou acima de sete). Os dois últimos tipos foram organizados levando em conta que a média de propostas pelos candidatos(as) eleitos(as) foi igual a sete.

Tabela 6- Candidatos(as) eleitos(as) a prefeito(a) e o tratamento das questões alimentares nas capitais brasileiras, nas eleições municipais de 2020.

	Quantidade de candidaturas
Número de candidatos(as) eleitos(as)	26
Candidatos(as) eleitos(as) que não citam as questões alimentares	5
Candidaturas que não apresentam propostas	7
Candidaturas que abordaram pontualmente (<7 propostas) as questões alimentares	8
Candidaturas que conferiram tratamento expressivo (>=7 propostas) às questões alimentares	11
Candidaturas que fizeram referência à SAN, Obesidade, Fome e/ou mudanças climáticas	11
Candidaturas que resguardam ao tema uma seção especial	4

Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma “Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais” em 2020 (TSE, 2020)

A análise demonstrou que 73% dos(as) candidatos(as) eleitos(as) abordaram questões alimentares, 42% conferiram tratamento expressivo, ou seja, apresentaram 7 ou mais ideias sobre questões alimentares e 31% apresentaram tratamento

pontual, com uma a seis propostas sobre o tema. Cerca de 15% das candidaturas eleitas delinearam uma seção especial às questões alimentares em seus planos de governo. Em relação às questões sobre segurança alimentar e nutricional (SAN), fome, obesidade e mudanças climáticas, 42% das candidaturas citaram esses temas. As candidaturas eleitas que não propuseram sobre as questões alimentares representaram 27%, dentre essas, há duas candidaturas que citaram o tema, porém não apresentaram sugestões sobre.

Estabelecendo o mesmo critério para classificação das macrorregiões, observamos que a maioria conferiu tratamento expressivo em relação às questões alimentares (média \geq 7). Apenas a Região Nordeste tratou pontualmente (média $<$ 7), conforme a tabela a seguir.

Tabela 7- Média de propostas por candidatos(as) eleitos(as) nas eleições municipais de 2020, nas capitais brasileiras, por região.

Regiões	Média de propostas por candidato(a) eleito(as)
Norte	10
Nordeste	4
Centro-Oeste	8
Sudeste	7
Sul	13

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da plataforma “Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais” em 2020 (TSE, 2020)

A região Sul apresentou a maior média de propostas por candidatos(as) eleitos(as), conforme a Tabela 10. É região que se encontra a candidatura eleita com maior número de propostas (28), que inclui ideias como a garantia do direito à alimentação; implementação de agricultura urbana sustentável; instalação de fazendas urbanas; ampliação de hortas comunitárias e escolares; implantação de gestão dos resíduos orgânicos gerados por feiras e mercados públicos; verticalização da produção urbana; implantação de circuito municipal de feiras da agricultura urbana; fomento à projetos de agricultura regenerativa em áreas vazias

urbanas; implantação de pomares, agroflorestas e jardins de mel; ampliação de compras públicas de produtos da agricultura familiar; assessoramento/profissionalização de cooperativas e agricultores; implementação de rede de sacolões, cozinhas comunitárias, restaurante populares, etc.

Apenas as regiões Sul e Centro- Oeste não continham candidatos com abordagem pontual. Observou-se que no interior de uma mesma região há diferenças em relação à abordagem das questões alimentares pelos candidatos(as) eleitos(as). Todas as macrorregiões apresentaram pelo menos um candidato(a) que não apresentou propostas relacionadas ao tema, entretanto, em todas, pelo menos um(a) conferiu tratamento expressivo.

A região Norte concentrou o maior número dos candidatos(as) eleitos que conferiram um tratamento expressivo (4), enquanto as demais regiões, exceto a Sudeste (1), elegeram dois com esse perfil. Nota-se que a tendência nacional de acumulação de candidaturas com abordagem expressiva na Região Norte, retratada na seção quatro, se mantém para o grupo de eleitos(as).

Tabela 8- Candidatos(as) eleitos(as) que propuseram sete ou mais ações sobre questões alimentares nas capitais brasileiras, por região.

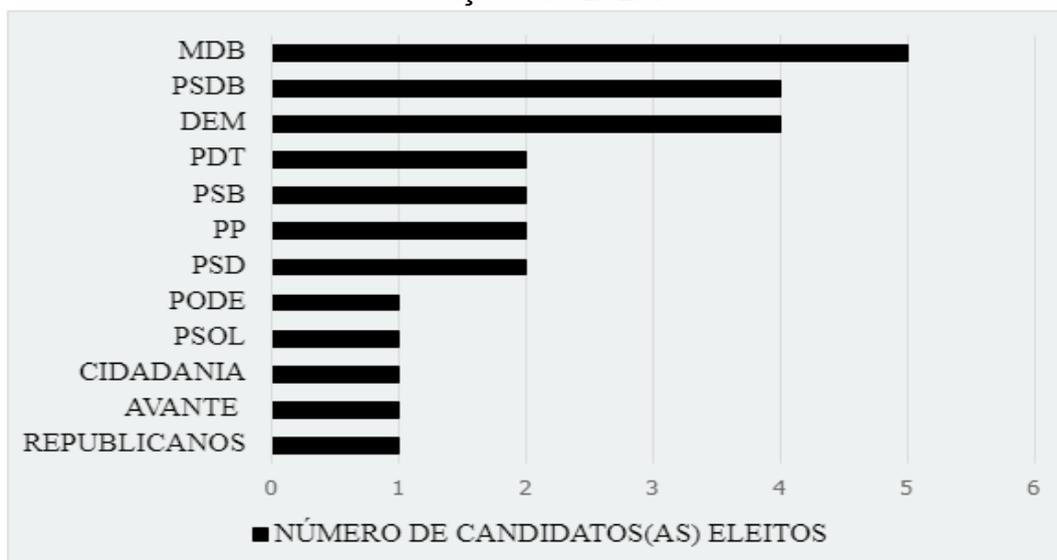
Regiões	Nº de candidatos(as) eleitos(as) com tratamento expressivo (≥7)
Norte	4
Nordeste	2
Centro-Oeste	2
Sudeste	1
Sul	2

Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma “Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais” em 2020 (TSE, 2020).

Como demonstrado na Tabela, apresentada nesta seção, observamos que o MDB foi o partido com maior expressividade entre os(as) candidatos(as) que conseguiram se eleger, pois respondeu por 5, atualmente, prefeitos(as) das 26 capitais. Em seguida os partido mais expressivos foram o PSBD e o DEM, com 4 candidatos(as) eleitos(as); seguidos pelo PDT, PSB, PP e PSD, com 2 prefeitos(as)

de capitais cada e, por fim, temos o PODE, PSOL, CIDADANIA, AVANTE e REPUBLICANOS, com 1 prefeito(a) eleito(a) cada.

Figura 22- Número de candidatos(as) eleitos(as) por partido nas capitais brasileiras, eleições de 2020.



Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma “Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais” em 2020 (TSE, 2020).

Os partidos também foram classificados de acordo com a atenção que conferem às questões alimentares de maneira similar aos exercícios anteriores, como demonstrado na Tabela 02.

Tabela 9- Tratamento das questões alimentares pelos(as) candidatos(as) eleitos(as) por partido nas capitais brasileiras, nas eleições municipais de 2020.

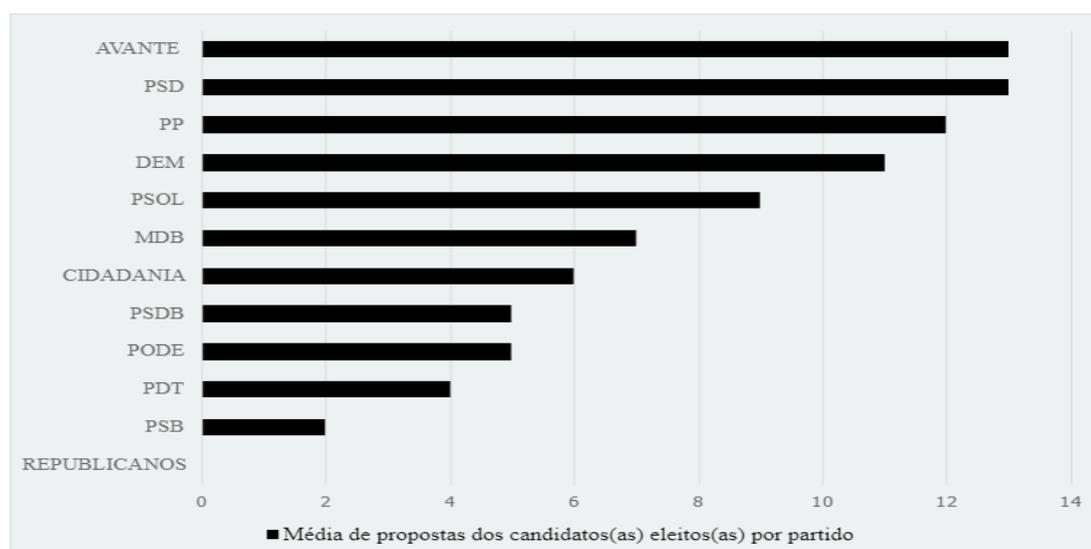
	PARTIDOS
Partidos com candidatos(as) eleitos(as) sem nenhuma proposta sobre questões alimentares	MDB; PSDB; PSD; REPUBLICANOS; PDT; PSB
Partidos com candidatos(as) eleitos(as) que abordaram pontualmente as questões alimentares (<7)	MDB; DEM; CIDADANIA; PSB; PODE; PP; PSDB
Partidos com candidatos(as) eleitos(as) que abordaram expressivamente as questões alimentares (>=7)	MDB; DEM; PSBD; PSD; PP; AVANTE; PDT; PSOL
Partidos com candidatos(as) eleitos(as) que abordaram SAN; Obesidade; Fome; Mudanças climáticas;	DEM; PSD; AVANTE; PDT

Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma “Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais” em 2020 (TSE, 2020).

Nem todos os candidatos(as) eleitos(as) de um mesmo partido propuseram sobre questões alimentares assim como ocorreu no âmbito geral das candidaturas nas capitais, o que coloca em debate novamente os fatores que podem interferir na inclusão ou exclusão das questões alimentares na agenda eleitoral partidária. Conforme a Tabela , oito partidos abordaram expressivamente as questões alimentares, ou seja, seus candidatos apresentaram sete ou mais propostas relativas às questões alimentares, sendo eles o MDB, DEM, PSBD, PSD, PP, AVANTE, PDT e o PSOL. Ainda de acordo com a Tabela , sete partidos conferiram tratamento pontual às questões alimentares, sendo eles o MDB, DEM, CIDADANIA, PSB, PODE, PP e o PSDB. Dentre esses partidos, alguns abordaram apenas um eixo temático como alimentação escolar e programas de aquisição e comercialização de alimentos, outros incluíram mais de um tema, entretanto ainda de forma pontual.

Como é possível observar na figura , o AVANTE e o PSD foram os partidos com maior média de propostas, igual a 13, seguidos pelo PP com 12, o DEM com 11; o PSOL com 9; o MDB com 7; o CIDADANIA com 6; o PSDB e o PODE com 5; o PDT com 4; o PSB com 2 e, por fim, o partido Republicanos, o qual obteve média igual a zero.

Figura 23- Média de propostas dos candidatos(as) eleitos(as) por partido.



Fonte: Elaborado pela autora a partir da plataforma “Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais” em 2020 (TSE, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar se as questões alimentares atingiram o status de problema público e adentraram as agendas eleitorais dos(as) candidatos(as) à prefeito das capitais nacionais. As chamadas “propostas de governo” permitem a investigação em um momento de aumento da vulnerabilidade da população em relação a segurança alimentar e nutricional SAN, que foi potencializada pela Pandemia de Covid-19, bem como apresentam ideias sobre o tema.

Considerando a urgência das questões alimentares, a hipótese deste trabalho foi que as questões alimentares compuseram a agenda eleitoral dos(as) candidatos(as) independentemente dos vínculos ideológicos e partidários e oferecerem em seus planos de governo proposições quanto ao tema. Por meio da análise dos dados, a hipótese se mostrou parcialmente correta, pois identificou a abordagem das questões alimentares por 84% dos(as) candidatos(as) e 83% candidaturas com proposições ligadas ao tema. Questões específicas ligadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), fome, obesidade e mudanças climáticas apareceram em 43% das candidaturas e 13% delimitaram uma seção especial nos planos de governo para as questões alimentares.

A pesquisa evidenciou que as macrorregiões brasileiras são afetadas de maneira desigual pelas problemáticas em torno da alimentação. Os piores índices de insegurança alimentar grave se concentram nas regiões Norte e Nordeste. Entretanto, apenas no Norte as questões alimentares foram abordadas de maneira expressiva pelos candidatos, enquanto a região Nordeste obteve a menor média de propostas sobre alimentação e maior número de candidaturas sem propostas. Ressalta-se a importância de estudos futuros sobre as desigualdades regionais quanto às questões alimentares.

Predominaram os eixos temáticos sobre alimentação escolar, agricultura familiar, agronegócio, infraestrutura de produção (máquinas, equipamentos; manutenção de vias para escoamento), assistência técnica, organização socioeconômica (cooperativas/associações), hortas comunitárias, formas de aquisição e comercialização de alimentos, educação alimentar, promoção da

alimentação adequada e saudável; agroecologia e participação popular por meio de conselhos municipais .

Observou-se que em contrapartida ao desmonte do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) promovido pelo governo federal, em 2019, alguns partidos propuseram a criação e fortalecimento de conselhos no âmbito municipal. Em relação às políticas nacionais e seus impactos em escalas municipais, foi possível notar a presença significativa de programas de aquisição de alimentos nos planos de governo. Mesmo que a abordagem destes tenha variado, ora aparecendo como algo burocrático que precisa ser cumprido, ora como diretrizes a serem expandidas, mostra os impactos de políticas como o PAA e o PNAE nos planos de governo.

Em relação aos recortes sociodemográficos que permeiam as questões alimentares, o rural foi o que mais apareceu, enquanto, gênero, raça e etnia foram pouco abordados pelos candidatos. Ressalta-se que dentre os partidos com tratamento expressivo, o recorte racial das questões alimentares só apareceu nos planos de governo do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e do Partido dos Trabalhadores (PT).

O partido político que mais contribuiu sobre as questões alimentares foi o PT, entretanto, nenhum candidato(a) da sigla foi eleito(a) prefeito(a). Dentre as candidaturas que ganharam a disputa eleitoral, 73% abordaram questões alimentares, 42% conferiram tratamento expressivo ao tema e 31% abordaram pontualmente. Cerca de 15% das candidaturas eleitas delinearam uma seção especial às questões alimentares em seus planos de governo. Em relação às questões sobre segurança alimentar e nutricional (SAN), fome, obesidade e mudanças climáticas, 42% das candidaturas citaram esses temas.

Dentro de um mesmo partido se identificou candidatos(as) que não propuseram sobre o tema e outros que conferiram tratamento expressivo. O mesmo ocorreu para as regiões, todas apresentaram pelo menos um candidato(a) sem propostas e um candidato(a) que abordou de maneira expressiva o tema. O aprofundamento da relação entre os distintos posicionamentos, pode ser melhor explorado em pesquisas futuras, a fim de compreender melhor a dinâmica.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, L. **Tendências da alimentação contemporânea**. In: M. de L. PINTO; J.K. PACHECO (org.), Juventude, consumo & educação. Porto Alegre, ESPM, 2009, p. 15-65.
- BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Editora Schwarcz, 2012.
- BRICAS, N. et al. **Urbanization issues affecting food systems sustainability**. In: BRAND, C. et al. Designing urban food policies. Switzerland: Springer, p.1-25, 2017.
- CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de Políticas** / Ana Cláudia Niedhardt Capella. Brasília: Enap, 2018.
- CARNEIRO, H. S. **Comida e Sociedade: uma história da alimentação**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- CASTRO, J. Geografia da Fome. O dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- CELINA C. SOUZA. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.
- CODATO, A.; BERLATTO, F.; BOLOGNESI, B. **Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica**. Análise social, LIII, n. 229, 2018, p. 870-897.
- DORIGON, C.B. **Da roça ao restaurante: um estudo sobre redes alimentares de qualidade diferenciada na Serra Gaúcha**. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Rural. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR-UFRGS). Porto Alegre : PGDR/UFRGS, 2019.
- FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2021. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2021**. Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Rome, FAO.
- FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The State of Food And Agriculture 2013**. FAO, Rome, 2013
- FOUILLEUX, E.; MICHEL, L. **Quand l'alimentation se fait politique(s)**. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2020.
- FREUDENBERG, N.; ATKINSON, S. **Getting food policy on the Mayoral table: a comparison of two election cycles in New York and London**. Public Health, 129, 2015, p.295-302.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 13. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015. p. 64-89.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GÜNTHER, Hartmut. **Qualitative research versus quantitative research: is that really the question?**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 22, p. 201-209, 2006.

HADDAD, L.et al. **A new global research agenda for food**. Nature, v. 540, 2016.

HLPE, 2014. **Food losses and waste in the context of sustainable food systems**. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome 2014.

IPES Food. **What makes urban food policy happen?** Insights from five case studies. IPES Food, 2018.

JORGE, V.L.; FARIA, A.M.T.; SILVA, M.G. **Posicionamento dos partidos políticos brasileiros na escala esquerda-direita: dilemas metodológicos e revisão da literatura**. Revista Brasileira de Ciência Política, n.33, 2020, p. 1-44.

LAMINE, C. **Sustainable Agri-food Systems: case studies in transitions towards sustainability from France and Brazil**. London: Bloomsbury Academic, 2020.

MACIEL, A.P.B.; ALARCON, A.O.; GIMENES, E.R. **Partidos políticos e espectro ideológico: parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil**. Revista Eletrônica de Ciência Política, v.8, n.3, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?**. Cadernos de saúde pública, v. 9, p. 237-248, 1993.

MONTEIRO, C.A. et al. **Ultra-processed foods, diet quality, and health using the NOVA classification system**. Rome: FAO, 2019.

NIEDERLE, P.; SCHUBERT, M.N. **How does veganism contribute to shape sustainable food systems? Practices, meanings and identities of vegan restaurants in Porto Alegre, Brazil**. Journal of Rural Studies, v. 78, p. 304-313, 2020.

PORTILHO, F.; MICHELETTI, M.. **Politicizing Consumption in Latin America**. In: BOSTRÖM, M.;MICHELETTI, M.; OSTERVEER, P. (Org.). The Oxford Handbook of Political Consumerism. 1ed.Oxford/UK: Oxford University Press, 2018, v. 1, p. 539-557.

PREISS, P.V. **As alianças alimentares colaborativas em uma perspectiva internacional: afetos, conhecimento incorporado e ativismo político**. Tese

(Doutorado em Desenvolvimento Rural). Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN). **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. VIGISAN, 2021.

RELATÓRIO DA COMISSÃO THE LANCET. **A sindemia global da obesidade, desnutrição e mudanças climáticas, 2019**. Disponível em: <https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Relat%C3%B3rio-Completo-The-Lancet.pdf>.

RIBEIRO, M.J.A. **Um alimento político e uma política que alimenta: o ativismo do slow food no Brasil**. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Social. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, PPGDS-Unimontes, 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry; et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SINCLAIR, S.; ROCKWELL, G. **Voyant Tools Help**. 2021 Disponível em: <http://voyant-tools.org/>

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M., **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**. In: GAZOLLA, M.;SCHNEIDER, S. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Ed.da UFRGS, 2017, p. 9-24.

TSE. Divulgacand: **Sistema de Divulgação de Candidaturas e Contas**. 2020. Disponível em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga>

VALENTE, F. L. S. **Do Combate à fome à Segurança Alimentar e Nutricional: O direito Humano à alimentação adequada**: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez Editora, p. 33, 2002.